

10 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

A raspança do presidente do STF

Numa iniciativa inédita na história do Judiciário, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, cobrou dos presidentes das três principais associações de juízes maior responsabilidade em suas reivindicações e manifestações públicas. “Os senhores não representam o Conselho Nacional de Justiça. Os senhores não representam o Superior Tribunal de Justiça. Os senhores são representantes de classe. Só isso”, disse ele.

O motivo da reprimenda foi a Emenda Constitucional que cria quatro novos Tribunais Regionais Federais (TRFs), aprovada pelo Congresso. A mais alta Corte do País era contra essa medida, que praticamente duplica a segunda instância da Justiça Federal. Apesar disso, a Associação dos Magistrados Brasileiros, a Associação dos Juízes Federais (Ajufe) e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho se mobilizaram em favor da PEC, que foi aprovada sem que órgãos de cúpula do Judiciário fossem ouvidos pelo Congresso.

Para Joaquim Barbosa, a PEC foi aprovada graças a “pressões feitas na surdina por entidades que não representam a Nação, mas apenas interesses corporativos”. O ministro também acusou as associações de juízes de induzirem os parlamentares a aprovar uma medida “irresponsável”, pois a criação dos TRFs não tem justi-

ficativa técnica e aumenta as despesas de custeio da Justiça Federal em mais de R\$ 1,3 bilhão. Na audiência com o presidente do STF, os dirigentes das associações cometeram a imprudência de levar acompanhantes – e quando um deles tentou justificar a expansão da Justiça Federal, Barbosa passou-lhe uma descompostura. “A Constituição não dá poderes à Ajufe. Isso não faz parte das exigências constitucionais. Não confunda a legitimidade que o senhor tem como representante sindical com a legitimidade dos órgãos de Estado. Órgãos importantes do Estado não se pronunciaram sobre a PEC. Vocês participaram de forma sorrateira na aprovação dela”, disse o ministro.

No STF, como nos demais Poderes, as audiências costumam ser fechadas. Quando autorizou a presença da imprensa nesse encontro, Joaquim Barbosa pretendia que suas críticas ao corporativismo da magistratura fossem ouvidas por todos seus 17 mil integrantes. O ministro também não fez questão de esconder sua irritação com a Ajufe. Às vésperas da votação da PEC, a entidade distribuiu uma nota informando que o número de juízes federais de 1.º grau cresceu 668%, nos últimos quinze anos, enquanto o número de desembargadores aumentou 89%.

O presidente do STF chegou a encaminhar aos dirigentes do Congresso um ofício refutando essas informações e afirmando que o aumento das des-

pesas da Justiça Federal fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. Advertiu para o risco de inchaço do Judiciário. E lembrou que os cinco TRFs já existentes têm 36,4 mil servidores – quantidade que classificou como “exagerada”. Na audiência com os presidentes das associações de juízes, Barbosa aumentou o tom das críticas, afirmando que, além de serem instalados “em resorts e praias”, os novos TRFs “darão emprego pelo quinto constitucional”.

O Executivo – que também era contrário à PEC – invocou argumentos semelhantes, classificando como “incalculáveis” as despesas que os novos TRFs vão acarretar. Pelas estimativas do presidente do STF e do site *Contas Abertas*, feitas com base nas despesas dos cinco tribunais já existentes, os novos tribunais custarão de R\$ 8 bilhões a R\$ 9 bilhões, uma vez que, além das contratações de milhares de servidores, haverá a aquisição de sedes e veículos para desembargadores.

São despesas desnecessárias. Como lembrou Joaquim Barbosa, para desafogar a segunda instância bastaria à Justiça Federal instalar Câmaras Regionais ligadas aos TRFs já existentes – medida prevista pela Constituição. Além disso, como a Emenda n.º 45 introduziu vários mecanismos processuais para reduzir o número de recursos nas instâncias superiores do Judiciário, qual o sentido de aumentar o número de TRFs, se a tendência é de redução da carga de trabalho dessas cortes?

10 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Para associações de juízes, Barbosa é grosso e inadequado

Entidades reagem à declaração do presidente do STF, de que criação de novos tribunais foi 'sorradeira'; OAB e senador petista também criticaram ministro

Um dia depois de serem acusados de atuar de forma "sorradeira" e de terem "iludido" o Congresso para aprovar a criação de quatro novos tribunais regionais federais (TRFs) no País, as associações de classe da magistratura divulgaram nota ontem com críticas à conduta do ministro Joaquim Barbosa na presidência do Supremo Tribunal Federal. As entidades afirmam na nota que Barbosa agiu de "forma desrespeitosa, premeditadamente agressiva, grosseira e inadequada para o cargo que ocupa".

"Como tudo na vida, as pessoas passam e as instituições permanecem. A história do Supremo Tribunal Federal contempla grandes presidentes e o futuro há de corrigir os erros presentes", diz o texto, assinado pelos presidentes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

As associações afirmam que o presidente do Supremo tem "enorme dificuldade em conviver com quem pensa de modo diferente do seu, pois acredita que somente suas ideias sejam as corretas". E acrescentam que a forma como foram tratados não encontra precedentes na história da Corte. "É absolutamente lamentável quando aquele que ocupa o mais alto cargo do Poder Judiciário brasileiro manifeste-se com tal desprezo ao Poder Legislativo, aos advogados e às associações de classe da magistratura."

• Reações

TRECHO DA NOTA

RESPOSTA DIVULGADA ONTEM PELOS MAGISTRADOS

"Como tudo na vida, as pessoas passam e as instituições permanecem. A história do Supremo contempla grandes presidentes e o futuro há de corrigir os erros presentes"

"(O STF) tem enorme dificuldade em conviver com quem pensa de modo diferente do seu, pois acredita que somente suas ideias sejam as corretas"

Os presidentes da AMB, Ajufe e Anamatra tentavam há cinco meses marcar uma audiência com o ministro, cuja festa de posse, ao custo de R\$ 150 mil, foi bancada pelas associações. Na segunda-feira, Barbosa os recebeu em seu gabinete. Pela primeira vez a audiência foi aberta para a imprensa.

Em outra nota, a Ajufe contestou os argumentos do ministro. "Soa estranho que se chame de açodada a aprovação de um projeto de emenda constitucional que tramita há 11 anos e 7 meses no Congresso Nacional, em procedimento público, que contou com amplos e aprofundados debates, seja nas comissões, seja nos plenários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados", afirmou Nino Toldo, presidente da Ajufe.

O senador Jorge Viana (PT-AC), que foi relator da matéria no Senado, disse na tribuna do

Senado que se sentiu ofendido com a fala do ministro. "Nunca fiz nenhuma negociata, nunca fiz nada sorradeira, o texto tramitou no Congresso Nacional e ainda foi votado no Conselho Nacional de Justiça." Para o petista, o que aconteceu durante a audiência "deseduca o Brasil".

Conselho. Houve reação ainda no CNJ, também presidido por Barbosa - ele disse que o conselho não foi consultado sobre o caso. O conselheiro José Lúcio Munhoz, em artigo publicado no site *Consultor Jurídico*, lembrou que o CNJ aprovou nota técnica em 2010 em favor dos novos tribunais.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também reagiu às críticas de Barbosa de que a criação dos tribunais servirá para dar emprego aos advogados. Para a OAB, as declarações foram "inexatas, impertinentes e ofensivas" aos advogados. Procurado, Barbosa não quis comentar o assunto.

O ESTADO DE S. PAULO

TUTTY

O 'Fabuloso' do STF!

O torcedor reclama do temperamento de Luís Fabiano no trato com os juizes, mas, neste particular, o ministro Joaquim Barbosa não deixa nada a desejar ao artilheiro do São Paulo! O ministro está virando uma espécie de 'Fabuloso' do STF.

Com a vantagem de que, como maior autoridade no campo da Justiça, não pode ser expulso por quem se sentir ofendido pelas verdades que diz na cara.

Luís Fabiano deve morrer de inveja! Nem sonha com o dia em que, sem correr riscos de suspensão, poderá esculhambar os árbitros da maneira definitiva como Joaquim Barbosa esculachou dia desses aqueles dirigentes de associações de juizes!

O ministro saiu do encontro com o pavio curto aplaudido pela torcida depois do pito que passou nos ilustres visitantes por conta dos tribunais federais que estariam ajudando a criar de forma "sorradeira em resorts, em alguma praia".

O juiz que tentou reagir, tomou cartão amarelo: "Abaixe a voz, só me dirija a palavra quando eu pedir!"

Por muito menos, o 'Fabuloso' do São Paulo está desfalcando seu time em jogos decisivos pela Libertadores, daí a bronca com o temperamento do jogador. Pensa que é presidente do STF, caramba!

10 ABR 2013



10 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Suprema...

Comentário maldoso que corre nos bastidores do Planalto: a demora em escolher o substituto de Carlos Ayres Britto no STF se daria por... falta de opção técnica.

...demora

Outro: Heleno Torres pode ter perdido chance de ouro após o vazamento de encontro, semana passada, com Dilma. Foi depois disso que ela mandou José Eduardo Cardozo chamar todos os outros candidatos para conversar.

10 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Cristina propõe reforma da Justiça

Oposição argentina denuncia tentativa de interferência no Poder Judiciário; projeto chegará ao Congresso Nacional nos próximos dias

A presidente argentina, Cristina Kirchner, enviará ao Legislativo nos próximos dias um conjunto de projetos de leis com os quais pretende reformar o sistema judiciário. Cristina, embora quase afônica, não quis perder a oportunidade de fazer o anúncio, e, com voz rouca, disse que pretende "democratizar" a Justiça argentina.

A oposição afirma que a presidente planeja ampliar seu poder, interferindo no sistema judiciário, já que uma das medidas é a limitação das liminares de cidadãos e empresas contra o Estado. Isso impediria cenários desvantajosos para o governo, tal como ocorreu em dezembro, quando a Justiça barrou a aplicação total da Lei de Mídia no caso do Grupo Clarín, salvando a holding da venda compulsória de suas empresas de comunicação.

O governo também teve reverses na Justiça com liminares no caso da tentativa de expropriação de edifícios da Sociedade Rural, que Cristina planejava estatizar para repassar ao grupo La Cãmpora, denominação da juventude kirchnerista. Na ocasião, o governo acusou os juízes de "servirem a interesses empresariais" e ameaçou reduzir o poder dos magistrados. "Eles não foram eleitos pelo povo", disse Cristina, na ocasião, abrindo uma nova frente de confronto, desta vez com os juízes federais.

O projeto de lei que será enviado ao Parlamento, no qual o governo tem maioria tanto na Câmara como no Senado, também tem o objetivo de ampliar o número de integrantes do Conselho da Magistratura.

O conselho, organismo que define quais serão os novos juízes, também tem a capacidade de

destituí-los. Cristina também quer que os participantes desse conselho ampliado passem a ser eleitos diretamente pelo povo.

A eleição dos integrantes do conselho começaria em agosto durante as votações nas convenções internas dos partidos para definir os candidatos para as eleições parlamentares de outubro.

Além disso, a reforma de Cristina determina a realização de concursos públicos para a designação de secretários de Justiça — até agora escolhidos por um grupo de juízes. A reforma também contempla a publicação da declaração de bens dos juízes na internet, bem como o andamento dos processos na Justiça.

O presidente da Corte Suprema de Justiça, Ricardo Lorenzetti, preferiu não fazer declarações sobre a reforma proposta por Cristina. "São projetos de lei. Quem deve dar a opinião e discutir é o Congresso Nacional." Segundo o juiz, o Supremo deve "respeitar a institucionalidade".

Representantes do kirchnerismo afirmam que não aceitarão modificações nas propostas. Aliados do governo e representantes da oposição trocaram críticas sobre a reforma. O constitucionalista Eduardo Barcesat concorda com a reforma proposta pelo governo Kirchner. Segundo ele, "o voto popular determinará quem é melhor para ocupar o Conselho da Magistratura".

Um dos atuais integrantes do Conselho, Alejandro Fargosin, critica a medida e a compara com ações do presidente venezuelano, Hugo Chávez, morto em março: "Isso é Chávez, puro e duro".

PACOTE PROPOSTO

● Eleição direta de magistrados

Membros do Conselho da Magistratura, que define a nomeação de juízes, seriam eleitos pelo voto direto

● Limitação de liminares contra o governo

Medidas impetradas por cidadãos ou empresas contra o Estado seriam declaradas nulas

● Concurso para designar secretários de Justiça

Ocupantes do cargo até agora eram designados por um grupo de juízes

● Declaração de bens de juízes na internet

Magistrados passariam a ter de divulgar compulsoriamente suas declarações de renda em site oficial da internet

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

10 ABR 2013

Félix Loñ, advogado constitucionalista argentino

'Juizes precisarão de partidos políticos'

"A finalidade da medida é tentar reduzir a independência do Judiciário", disse ao Estado um dos principais constitucionalistas da Argentina, Félix Loñ.

● **Cristina Kirchner afirma que seu desejo é "democratizar a Justiça" com a eleição dos integrantes do Conselho da Magistratura:**

O que o sr. acha?

Nô caso do Conselho, ela pretende que os membros sejam eleitos pela cidadania. Mas, para isso, dependerão de partidos políticos. Isso significa a anulação da independência do Conselho. Caso a reforma seja implementada, os juizes não serão independentes. Terão de fazer campanha eleitoral e precisarão de fundos. Ficariam vinculados a grupos econômicos ou políticos, tal como ocorre em alguns Estados dos EUA, onde os juizes estaduais são eleitos pelo povo. A proposta de Cristina é ainda pior, pois ela quer a eleição de juizes federais para o Conselho.

● **Esta reforma é constitucional?**

Não. A reforma constitucional de 1994, que cria o organismo do Conselho da Magistratura, diz que se deve manter equilíbrio entre os diferentes setores que compõem o organismo. A Carta diz que será composto por representantes dos órgãos eleitos pela vontade popular: o Poder Executivo e o Parlamento. Mas o restante do Conselho seria composto por advogados e juizes, sem obrigatoriedade de serem eleitos diretamente.

● **O projeto também limita a aplicação de liminares.**

Com isso, o Estado se coloca acima dos cidadãos. O objetivo da liminar é o de preservar interesses patrimoniais do afetado até que o juiz determine a sentença. Sem as liminares, o cidadão fica em situação de desvantagem em relação ao Estado.

● **Qual é a relação do atual governo com a Justiça?**

O governo questiona juizes que emitem pareceres contrários aos interesses de Cristina. O governo se incomoda com eles. Às vezes ele nem sequer cumpre as sentenças. Um dos casos é a divulgação de publicidade oficial no jornal *Perfil* (crítico do governo). A corte deu sentença favorável ao jornal. Mas a Casa Rosada nunca deu a publicidade ao *Perfil*, ignorando a decisão.

10 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Requião critica MP após ser multado pela Justiça

José Lazaro Jr.
Reportagem Local

Curitiba - "Nunca enviei cartas promocionais. Condenação absurda", disse ontem Roberto Requião (PMDB) pelo Twitter. O ex-governador emitiu vários comentários como esse ao longo do dia, inclusive re-criminando o poder de investigação do Ministério Público (MP), após ser condenado a pagar multa superior a R\$ 60 mil pela Justiça Estadual. A decisão é referente a ação movida pelo MP contra o político em 1994, em que Requião é acusado de supostamente ter utilizado servidores da administração para enviar cartas promocionais a eleitores.

Desde que a acusação foi feita, Requião já foi eleito governador do Paraná mais duas vezes e hoje em dia é senador em Brasília. O político foi absolvido em julgamento na primeira instância, mas o Ministério Público recorreu e obteve a condenação de Requião pela 5ª Câmara Cível, presidida pelo desembargador Paulo Roberto Hapner, a quem cabe julgar ações decorrentes de atos de improbidade administrativa. "Será objeto de recurso", disse Requião.

"Hoje não tenho mais dúvida, sou vítima de preconceito ideológico. Penso seriamente, em defender a PEC 37, em legítima defesa", provocou Requião. Em tramitação no Congresso Nacional, a PEC 37 é

"Penso seriamente em defender a PEC 37, em legítima defesa", provocou Requião

alvo de uma campanha nacional do MP nesta semana. Os promotores e procuradores de Justiça criticam a medida, que quer retirar do Ministério Público a competência para realizar investigações criminais, restringindo isso somente à polícia.

Gilberto Giacoia, procurador-geral de Justiça no Paraná, em artigo contra a PEC 37, diz que "tornou-se cada vez mais importante o desenvolvimento de mecanismos de controle aptos a coibir os desmandos administrativos, as irregularidades e distorções extraídas do desprezo aos princípios da impessoalidade e moralidade". Ele chama a PEC 37 de "um golpe contra o povo".

Sem se posicionar definitivamente sobre o assunto, Requião acusa o MP de "sacralização". "A base genética e cultural dos três poderes e do MP é a mesma, então vamos detonar esta ideia boba de sacralização de algumas corporações", afirmou o senador.

10 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Fundo de Segurança

Despesas com a segurança pessoal de juizes e desembargadores estaduais podem vir a ser pagas com um fundo próprio, que será abastecido de recursos pelo próprio Judiciário. O projeto de lei, recebido terça-feira pelos deputados estaduais, prevê, por exemplo, que 0,2% do faturamento dos cartórios extrajudiciais siga para esse fundo. A proposta ainda será analisada pelas comissões da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná antes de vir ao plenário.

Contra PEC 37

O Ministério Público (MP) em todo o Brasil está realizando, nesta semana, ampla mobilização institucional destinada a alertar a sociedade sobre o risco da possível aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, que pretende impedir o MP de realizar investigações criminais. No Paraná, as promotorias de Justiça de todo o Estado estão mobilizadas. Em Curitiba, será realizado ato público contra a PEC 37 na sede do MP, na sexta-feira, às 10 horas. Hoje, haverá mobilizações em Cascavel, Maringá, Ponta Grossa e Santo Antônio da Platina.

Em Londrina

O ato público contra a PEC 37 em Londrina será realizado amanhã, às 10 horas, na sede do Sincoval (Sindicato do Comércio Varejista de Londrina e Região), que fica na rua Parigiot de Souza, 220, em frente ao Fórum Eleitoral. Durante o evento, que é aberto à população, haverá a coleta de assinaturas contra a PEC e a distribuição de materiais informativos para os cidadãos. Amanhã, os atos públicos também devem ocorrer em Guarapuava e Foz do Iguaçu. O ato nacional contra a PEC 37 ocorrerá no dia 24 de abril, em Brasília.

Recursos são inadmissíveis, diz Gurgel sobre mensalão

Brasília - Às vésperas de ser publicada a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o mensalão, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, afirmou ontem que eventuais recursos para tentar reverter as condenações não devem ser admitidos. "Os infringentes são manifestadamente inadmissíveis. Não cabem de modo algum. Eu acho que não há espaço sequer para discussão", afirmou o procurador. No julgamento iniciado em agosto e concluído em dezembro, 25 acusados de envolvimento com o mensalão foram condenados. Após a publicação oficial da decisão, os réus deverão recorrer para tentar modificar as condenações.

Eles terão um prazo de cinco dias para protocolar os eventuais recursos.

10 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Juíza eleitoral cassa prefeito de Ivaiporã

Peemedebista foi acusado por
adversário de abuso de poder
econômico na campanha

do ano passado

A Justiça Eleitoral de Ivaiporã (Norte) cassou o prefeito Luiz Carlos Gil (PMDB), por abuso de poder econômico durante a campanha eleitoral do ano passado. Na sentença, a juíza Juliana Trigo de Araújo determina ainda a inelegibilidade do peemedebista por oito anos, porém, informou o cartório eleitoral de Ivaiporã, as penas não são aplicadas de imediato e o prefeito segue no cargo enquanto recorre da decisão. O vice-prefeito, Adail Rother Junior (PMDB), embora tenha mantido os direitos políticos, também foi cassado.

A magistrada acatou parte das acusações feitas a Carlos Gil pela coligação adversária, encabeçada pelo ex-prefeito Professor Cyro (PT), que tentava a reeleição. Gil foi condenado pela utilização de um shopping center para montar o comitê eleitoral, por distribuição de vale combustível a pessoas em troca de adesivos em carros e porque ocultou gastos com transporte gratuito de eleitores. O Ministério Público (MP) deu parecer pela procedência da ação. O prefeito foi absolvido em outras seis imputações contra ele, como pagamento de churrascos e distribuição de cestas básicas.

Quanto ao uso do shopping, a juíza escreveu que houve desequilíbrio na disputa eleitoral. "Luiz Carlos Gil, valendo-se de seu poder econômico, esvaziou a galeria comercial pertencente a sua empresa, deixando de receber o aluguel das salas comerciais então existentes, no intuito de permitir a instalação do comitê eleitoral de seu partido." O local abrigaria o único cinema da cidade, "o que, sem sombra de dúvidas, atrai a população a circular pelo local e, consequentemente, a ter contato com a campanha eleitoral então realizada pelos investigados".

No caso da distribuição de combustível para eleitores, a sentença afirma que o benefício foi concedido "em troca da adesivação de carros, com a plena ciência do primeiro investigado". Carlos Gil também foi condenado porque a Justiça Eleitoral afirmou que ele transportou eleitores para o seu comício sem prestar contas dos gastos com isso. "A questão que se coloca, portanto, diz respeito a eventual abuso de poder econômico com a colocação desses ônibus para transportar os eleitores, sem a declaração dos gastos realizados."

O advogado de Luiz Carlos Gil, Orlando Moisés Fischer Pessuti, afirmou que vai recorrer contra a decisão da Justiça Eleitoral de Ivaiporã. Segundo ele, que acompanhou todo o processo eleitoral como assessor jurídico da campanha, Gil não praticou condutas que possam configurar abuso do poder econômico e prestou contas dos gastos. Quanto ao comitê, ele afirmou que o shopping já estava desativado. "O comitê do Cyro estava montado em frente a uma igreja, o que teve muito mais efeito com mais gente passando ali para ir a missa do que ao shopping."

Diante do resultado final das eleições em Ivaiporã, onde Gil venceu Cyro por apenas nove votos de diferença, somando 41,61%, uma nova eleição poderá ser agendada, caso instâncias superiores confirmem a cassação. Porém, para o advogado Guilherme Gonçalves, que defende Cyro, "quando os demais candidatos somam mais de 50% dos votos válidos, assume o segundo colocado". No entanto, o petista também é inelegível por decisão da Justiça Eleitoral publicada em março. Segundo Pessuti, "existem muitas variáveis neste caso e é preciso analisar mais profundamente".

10 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Operação combate adoção ilegal

Rodrigo Bätista

Equipe Bonde

Curitiba – A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Pessoas pediu ontem à Polícia Federal a busca e apreensão de documentos no apartamento de um dos investigados pela CPI de praticar adoção ilegal em pelo menos cinco cidades do Paraná. O suspeito mora em Curitiba.

O pedido, do deputado federal Fernando Francischini (PEN), que é vice-presidente da CPI que investiga casos de tráfico humano internacional e dentro do Brasil, ocorreu após reunião da CPI em Brasília, que contou com depoimento de um dos investigados, o presidente da ONG Limiar Brasil, Ulisses Gonçalves da Costa.

A operação da PF, afirma o deputado, seria feita ainda na tarde de ontem.

A ONG teria intermediado cerca de 1,7 mil adoções no Brasil nos últimos 20 anos. Porém, segundo Francischini, desde 1999 a instituição, de origem norte-americana, não teria mais o respaldo dos EUA para atuar no ramo. A ONG não teria registro de legalidade para adoção nos EUA quando aquele país assinou a Convenção de Haia, que regulamenta essa atividade.

"Foram casos que aparentam ser totalmente legais", disse. Segundo o deputado, em depoimento, o presidente da ONG afirmou que a entidade encerrou trabalhos no Brasil desde aquele ano.

Um ex-integrante da ONG teria se afastado da entidade,

mas é suspeito de continuar com a intermediação de adoções no Paraná desde 1999. Ele é acusado de pedir dinheiro às famílias para intermediar as adoções de forma ilegal.

Com o pedido de busca e apreensão no apartamento do suspeito em Curitiba, segundo o deputado, o objetivo era encontrar documentos que podem ser prova de que casos de adoção ilegal foram intermediados por ele. Alguns documentos seriam comprovantes de contas bancárias, em que o acusado receberia o dinheiro de famílias norte-americanas para adoção de crianças.

"O esquema já seria ilegal com a ONG, imagine sem ela, com pedido de dinheiro para enviar crianças para fora do Brasil", comenta Francischini.

Em um dos casos, da cidade de São João do Triunfo (Sul), uma jovem, hoje com mais de 18 anos, é a principal testemunha de um procedimento de adoção de sete crianças. Sendo uma das adotadas, a jovem teria supostamente presenciado o pedido de dinheiro feito pelo suspeito para que as crianças fossem levadas para o exterior.

A jovem, segundo o deputado, disse que foi abusada sexualmente pelo pai adotivo. A mãe adotiva seria alcoólatra. "Parece que eles jogavam as crianças para famílias sem qualquer estrutura", diz Francischini. Até a próxima semana, a CPI do Tráfico de Pessoas deve chegar ao Paraná para ouvir Souza e acompanhar de perto os supostos casos de tráfico de pessoas e adoção ilegal.

FOLHA DE LONDRINA

Gaeco prende delegado por envolvimento em esquema de pirataria

Policiais e empresários de Apucarana também

foram detidos

dã pelo Gaeco de Londrina.

Apucarana – O Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) desarticulou ontem na região Norte do Paraná uma quadrilha especializada na produção de bonés e camisetas falsificadas, produtos que abasteciam grandes centros comerciais da capital paulista como o da Rua 25 de Março e o Brás. A Polícia cumpriu 24 mandados de prisão e 46 de busca e apreensão nas cidades de Apucarana, Londrina e Cambé – 11 fábricas foram lacradas por determinação da Receita Estadual, além de lojas que revendiam produtos piratas.

O delegado chefe da 17ª Subdivisão Policial de Apucarana, Valdir Abrahão, dois policiais civis e um militar estão entre os detidos.

A megaoperação Jolly Roger, nome alusivo à bandeira pirata, foi desencadeada depois de seis meses de investigação e envolveu mais de 100 policiais. A ação foi coordena-

Abrahão e os policiais foram detidos acusados de receber propina para garantir a livre atividade de violação de marcas, sonegação e lavagem de dinheiro. "A suspeita recai sobre o fato de que empresários da cidade de Apucarana, produtores de mercadorias contrafeitas, pirateadas para ser mais claro, estariam promovendo pagamentos periódicos para agentes policiais. Teriam constituído entre si uma espécie de organização com a finalidade de efetuar esses pagamentos", explicou o promotor Claudio Esteves.

O primeiro pedido de prisão do delegado Valdir Abrahão feito pelo Gaeco foi negado pelo juiz da 2ª Vara Criminal José Roberto Silvério por falta de provas. No início da noite, após a apresentação de novas evidências, o mandado de prisão foi emitido.

"Em tese, ele saberia de tudo, coordenava tudo e o grosso do dinheiro iria para as mãos dele", salientou o promotor do Gaeco, Jorge Barreto.

O Gaeco obteve gravações

telefônicas autorizadas pela Justiça, além de vídeos e fotografias documentando os encontros dos empresários com agentes públicos. Em depoimento, um deles confessou o pagamento de R\$ 3 mil por mês ao grupo para que os caminhões de produtos piratas não fossem apreendidos.

"Isso é o que diz um empresário, mas 21 pessoas ligadas a empresas de confecções foram presas e 11 fábricas foram fechadas. Basta multiplicar valores e estimar a propina recebida pelos agentes públicos", comentou Barreto.

Os detidos durante a operação Jolly Roger serão indiciados por lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, formação de quadrilha, falsidade ideológica, além de corrupção ativa e passiva (um investigador também vai responder processo por tráfico de drogas):

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

10 ABR 2013

Os empresários detidos foram encaminhados para a segunda unidade da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL II). Já o PM, para a sede do 5º Batalhão. Os investigadores e o delegado seriam conduzidos para Curitiba. Os agentes vão responder processo junto à Corregedoria e podem ser exonerados.

O Gaeco ainda deve realizar diligências sobre o caso nesta semana. Auditores das receitas Estadual e Federal passam a analisar os documentos contábeis das empresas. Milhares de materiais produzidos pelas indústrias foram apreendidos e estão armazenados em galpões.

O delegado Ítalo Segá, que estava em Jandaia do Sul, vai assumir a chefia da Polícia Civil em Apucarana.

Ação contra corrupção atinge 12 Estados

São Paulo - O Ministério Público confirmou que a Operação Nacional Contra a Corrupção atingiu o Paraná e mais 11 Estados. São eles: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo. O MP informou ainda que 92 mandados de prisão seriam cumpridos em todo o País. Os mandados de busca e apreensão já somavam 337.

O total de verbas públicas sob investigação ultrapassa R\$ 1,1 bilhão. O montante é proveniente de desvios em órgãos municipais e estaduais, pagamento de propinas, superfaturamento de produtos e serviços, utilização de empresas fantasmas, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, enriquecimento ilícito de agentes públicos e outros suspeitos, inclusive empresários.

Só no Estado de São Paulo, contratos suspeitos entre empresas e cerca de 80 prefeituras municipais superam 1 R\$ bilhão.

10 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA AGENDA

Casamento coletivo

Londrina - Inscrições para o casamento coletivo civil que será realizado no dia 8 de junho podem ser realizadas de 15 de abril a 3 de maio, na unidade Sesc Londrina Centro. Para a inscrição é necessária a apresentação da carteira de identidade, CPF, certidão de nascimento atualizada, comprovante de renda de até 2 salários mínimos por casal e comprovante de endereço. Os interessados deverão agendar horário para a triagem pelo fone (43) 3305-7800, 3305-7802 ou 3305-7804. O casamento coletivo é uma das atividades previstas no evento Justiça no Bairro Sesc Cidadão, promovido pelo Poder Judiciário, Sistema Fecomércio Sesc Senac e cartórios de registro civil.

Semana Jurídica

Curitiba - O conselheiro federal da OAB, Alberto de Paula Machado, ministra palestra hoje, às 10 horas, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), sobre "O Advogado e o Poder Judiciário". A palestra faz parte da programação da Semana Jurídica da instituição.

10 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Procuradores de contas pedem independência

No Dia Nacional de Combate à Corrupção, membros de TCs alertam para problemas como ingerência política

Brasília - Procuradores que atuam junto aos tribunais de contas da União e dos Estados iniciaram ontem, Dia Nacional de Combate à Corrupção, um périplo em gabinetes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Senado para sensibilizar autoridades da necessidade de se assegurar mais independência às suas atividades. Embora previsto na Constituição de 1988 como um dos pilares do sistema de controle externo, criado para evitar e combater o desvio e a malversação de recursos públicos, o Ministério Público de Contas (MPC) ainda sofre com a ingerência política, a falta de verba e de condições de trabalho.

Um dos objetivos dos procuradores é conseguir que, em todo o País, o MPC tenha orçamento próprio. Na maioria dos Estados, os recursos para o funcionamento do órgão saem dos cofres do Executivo ou do Tribunal de Contas local, muitas vezes politicamente controlados pela Assembleia Legislativa e o governo. Essa pauta é uma das prioridades da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), cuja nova diretoria tomou posse ontem, em Brasília, e participará das audiências com os ministros do STF e senadores.

O Supremo avalia Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que visa anular dispositivos de lei que deu ao MPC de Roraima um orçamento próprio. A ação foi ajuizada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), que representa os conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados (TCEs), e ainda não foi apreciada. Para o presidente da Ampcon, Diogo Roberto Ringenberg, o julgamento criaria um importante precedente para a discussão.

Fora independência financeira, os representantes pretendem pedir apoio à proposta que visa submetê-los ao controle do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) - o MPC é considerado um órgão especial, desvinculado da estrutura dos MPs Federal e dos Estados. A aposta é que, assim, a fiscalização das atividades seria mais independente e não traria custos substanciais com a criação de novos cargos e estruturas. A Ampcon também apoia proposta para que as cortes de contas, embora não façam parte do Judiciário, sejam supervisionadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os procuradores querem evitar a aprovação, no Congresso, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 28, que prevê a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNTC) para exercer o controle sobre as atividades de conselheiros, ministros e procuradores de contas. Pelo texto, o colegiado seria formado por nove representantes, apenas um do MPC. "A PEC tem o poder de aniquilar o MPC. Ao invés de aprimorar a instituição, vai comprometê-la", reclama Ringenberg.

País afora, há procuradores de contas à míngua. Em Alagoas, os integrantes do MPC aprovados em concurso público de 2008 só conseguiram ser nomeados em 2011, por força de um mandado de segurança. No ano passado, uma nota técnica dos conselheiros do TC-AL, já revertida na Justiça, os impediu temporariamente de oficial diretamente a gestores públicos pedindo informações necessárias a investigações. Ex-procurador-geral do TC alagoano, Ricardo Schneider conta que, em algumas ocasiões, faltou carro para diligências, funcionários e até papel.

10 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Exame da OAB: de quem é a culpa?

DANILO DEL' ARCO

Tem-se observado nos últimos anos uma grande queda de braço entre o Ministério da Educação (MEC) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) quando o assunto é o reconhecimento dos cursos de Direito no País. É notório que a OAB, ao conceder seu parecer, muitas vezes é contrária ao reconhecimento de determinados cursos de Direito, porém, como seu parecer não é vinculante, o MEC acaba, quase em todos os casos, ignorando-o e reconhecendo o curso então avaliado.

Essa situação tornou-se praxe e passou a incomodar a classe dos advogados como um todo. Portanto, restou para a OAB exercer seu direito legal de proteção da categoria: selecionar os melhores, os verdadeiros estudantes de Direito, aqueles que de fato merecem fazer parte dos quadros da advocacia, pois se assim não o fizer, o que será da classe? O que será da sociedade?

O Exame da Ordem é indispensável enquanto a OAB não for o órgão determinante no reconhecimento dos cursos de Direito. É certo que ainda existem falhas, mas perto do todo, são ínfimas! Como professor de curso preparatório para a segunda fase da OAB em Direito do Trabalho, há nove anos, ao corrigir as peças processuais durante os cursos, algumas vezes me perguntei: como esse bacharel conseguiu passar pelo ensino médio, por um curso de Direito sem sequer saber escrever ou redigir uma peça?

Alunos que terminam o curso de Direito não sabem sequer fazer uma petição, escrevem "Vossa Esselência", "para mim fazer", "menas verbas". É muito preocupante, pois advogar é algo muito sério. E só quem já teve um direito seu lesado sabe que a presença de um bom advogado faz muita diferença. Nesse 9º Exame da OAB, enquanto o índice de aprovação no Estado do Paraná sequer chegou a 10%, consegui aprovar em Londrina 100% dos meus alunos. Contudo, tive que ensiná-los matérias tão

básicas que às vezes me perguntava se eles realmente tiveram aula de Direito do Trabalho ou de Processo do Trabalho na faculdade que estudaram, pois muitos estavam aprendendo tudo ali comigo, como se fosse pela primeira vez. Isto ocorre mesmo com aqueles que já fizeram outros cursos de preparação.

No próximo dia 28 haverá outro exame e muitos alunos que estão se inscrevendo optam pela matéria da segunda fase que todos falam ser mais fácil, que dizem ter menos peças para estudar. Ora, isto é um engano, uma falácia. Nenhuma matéria tem menos de 15 peças para estudar, nenhuma matéria está mais fácil, basta ver o índice de aprovação do último exame. Não obstante, em Direito do Trabalho, nos últimos 9 exames, tenha caído apenas duas peças diferentes (contestação e recurso ordinário), o candidato deve optar pela matéria que possua mais afinidade e segurança. Por que até na escolha da disciplina da segunda fase o aluno de Direito quer moleza? Não se sente preparado para nenhuma? O que fizeram nos cinco anos de faculdade? Afinal, deveriam estar preparados para fazer qualquer disciplina da segunda fase. Será que se as faculdades fossem mais rigorosas e exigentes a situação mudaria? Durante o curso, muitos dos alunos pensam apenas em terminar e pegar o diploma. E depois?

A conclusão que se tem é que existem dois problemas: as faculdades que só querem lucrar e os alunos que só querem passar de ano. No final de tudo isso, vem o exame da OAB com esses índices de reprovação altíssimos. E aí vem a famosa pergunta: de quem é a culpa? Uns dizem que a faculdade era ruim, outros dizem ser do aluno que não se dedicou, outros dizem ser da OAB que é muito exigente, e outros dizem ser do MEC que reconhece todo e qualquer curso de Direito no país. Afinal, caro leitor, de quem você acha que é a culpa?

Existem dois problemas: as faculdades só querem lucrar e os alunos só querem passar de ano

DANILO DEL' ARCO

é advogado e professor especialista em Direito e Processo do Trabalho em Londrina

10 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Senadores rebatem declarações de Barbosa sobre novos TRFs

Brasília - Após a OAB e as associações de magistrados, foi a vez de senadores reagirem ontem às declarações do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, sobre a criação de mais quatro tribunais regionais federais (TRFs) no país. Relator no Senado da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que criou os tribunais, o senador Jorge Viana (PT-AC) disse que Barbosa "errou feio" e adotou postura que "deseducou" ao criticar de forma ríspida a proposta.

Em reunião tensa anteontem com representantes de associações de magistrados, Barbosa afirmou que a aprovação da proposta no Congresso que cria os tribunais foi feita na "surdina" e de forma "sorradeira", além de apostar que suas sedes serão construídas em "resorts e grandes praias".

"Tenho muita admiração pelos ministros que compõem o STF. Não posso crer que essas pessoas queiram nos decepcionar a todos. É a mais alta Corte de Justiça do país. Mas aquela audiência de ontem (anteontem) deseducou, para falar o mínimo. Eu não fui pressionado por ninguém, não fui chamado por ninguém para fazer parecer sorradeiro. Estou pondo a carapuça. Será que o Senado tem que aceitar isso?", questionou o senador.

Em um recado direto a Barbosa, Viana disse que o "poder revela". "Espero que ele não esteja sendo revelado

agora", afirmou. Segundo o senador, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deu o aval para a criação dos tribunais em 2002, numa votação que teve apoio de 9 dos 12 conselheiros. O órgão é presidido por Barbosa.

"Se o ministro Joaquim Barbosa, presidente do STF, não tinha conhecimento da decisão do CNJ que ele preside, eu entendo. Mas mesmo que não tivesse compreensão, pegue a matéria deliberada pelo Congresso e paute o CNJ. O que pode ter de mais importante ao CNJ do que Justiça? É injustiça dizer que está se criando elefantes brancos em beira de praias."

Para o senador Aníbal Diniz (PT-AC), Barbosa agiu de forma "ditatorial" no encontro com os representantes dos magistrados. "Fosse um eleito, seja do Executivo, do Legislativo, a ter tal postura com um par, dizendo que só me dirija a palavra quando eu lhe pedir, seria manchete em tudo quanto é jornal. Quando é presidente do STF, a maioria se caia. Se isso não é atitude ditatorial, é o quê?", questionou.

Segundo Viana, Barbosa não deveria ter desrespeitado os presidentes de entidades de magistrados por ser o presidente da mais "alta Corte do país". "Ele tem errado muito, xingando jornalistas, xingando seus colegas juizes. Isso não é bom para o Brasil, nem para o Supremo. Dessa vez ele errou, e errou feio."

10 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

STJ anula um dos júris do Caso Evandro

Giselle Ulbrich

Por três votos contra dois, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou ontem o júri que inocentou os réus Francisco Sérgio Cristofolini e Airton Bardehi. Eles foram submetidos a júri popular em 2005, acusados de envolvimento na morte do menino Evandro Ramos Caetano, ocorrido em abril de 1992, em Guaratuba, num suposto ritual de magia negra.

Segundo o advogado Matheus Gabriel de Almeida, que defende Airton, o próximo passo é esperar a publicação do acórdão sobre a decisão, para verificar a viabilidade de recurso ao próprio STJ ou ao Superior Tribunal Federal. O acórdão deve ser publicado em até 15 dias. O advogado Haroldo Nater, que defende Francisco, acredita que será possível reverter a decisão do STJ.

Condenados

Airton e Francisco foram os únicos inocentados até agora. Os outros cinco réus do processo foram condenados em júris desmembrados: Beatriz Cordeiro Abagge e sua mãe, Celina Cordeiro Abagge, o pai de santo Osvaldo Marcineiro, Vicente de Paula e Davi dos Santos. As mulheres foram julgadas em 1999 e condenadas, mas o júri delas foi anulado. Em 2011, apenas Beatriz foi submetida à júri e condenada novamente. Celina não foi a julgamento, por conta da sua idade.

Bancadas

A maioria dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) votou em sessão na noite de ontem a favor da alteração da composição das bancadas dos estados na Câmara dos Deputados. A maioria se deu quando quatro ministros votaram pela alteração - um votou contra. O julgamento só termina após os votos dos sete ministros do tribunal.

Redução

Perdem representação, de acordo com Marco Aurélio Mello, oito estados: Alagoas, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; os que ganham, segundo o ministro, são Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Pará e Santa Catarina. Todos os demais estados mantêm o mesmo número de deputados.

10 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Relatório relaciona mortes a medicamentos

O Ministério Público (MP-PR) recebeu na segunda-feira um relatório, da Polícia Científica, com novas informações sobre as prescrições médicas de 346 pacientes que morreram na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico, entre janeiro de 2006 e fevereiro deste ano. O documento revela que 317 pacientes morreram depois de receber medicamentos prescritos pela médica Virginia Soares de Souza, 56 anos.

Ela é suspeita de homicídio qualificado e formação de quadrilha, por sete mortes. Em todos os casos, segundo o relatório, os pacientes tomaram o coquetel com os medicamentos Pavulon e Diprivan. Para o advogado Elias Mattar Assad, que trabalha na defesa da médica, o relatório não prova nada e que as acusações são infundadas.

Além da médica, que ficou 29 dias presa, outras sete pessoas são investigadas no caso. Ela responde ao processo em liberdade e deve se apresentar todos os meses à Justiça. A prisão dela foi solicitada novamente pelo MP.



Médica é acusada de homicídio.

MP prende policiais

O delegado-titular de Apucarana, Valdir Abrhão da Silva, e dois investigadores foram presos ontem pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), no Norte do Estado. A operação do Ministério Público contra a corrupção foi desencadeada em 12 estados e prendeu 92 pessoas (24 no Paraná), executou 337 mandados de busca e apreensão, 60 mandados de suspensão da função pública e 65 mandados de bloqueios de bens.

A operação teve como alvo o combate à falsificação de produtos e corrupção policial. Os produtos falsificados eram revendidos para várias partes do Brasil, especialmente no comércio de São Paulo.

As investigações do Gaeco apontam que integrantes da Polícia Civil estabeleceram um sistema de cobrança mensal de propina de mais de uma dezena de empresas fabricantes desses produtos, prestando, em contrapartida, proteção para a livre atividade de violação de marcas, sonegação e lavagem de dinheiro.

10 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AROLD MURÁ

BARBOSA: A QUEDA DE UM ÍCONE

O brasileiro, ainda tão carente de pais e modelos que não teve dificuldades em adotar, num átimo, o ministro Joaquim Barbosa como figura paterna, de forma ampla e irrestrita, desde quando ele começou a se expor à nação como o cavaleiro contra o mensalão.

Nesse sentido, de ser um bom juiz, não decepciona, continua a ser exemplário, parece. Mas a nação não procura um pai sobrevalorizada-mente técnico.

Nada a colocar em dúvidas suas ações pela ética e pelo cumprimento das leis. Embora, naturalmente, esteja Barbosa sujeito a todas as contestações a que se expõem juizes em regimes democráticos.

BARBOSA: A QUEDA DE UM ÍCONE (2)

Mas, mais rápido do que se poderia esperar, a aura de superman do presidente do Supremo vai caindo por terra, na mesma proporção com que ele expõe ângulos pessoais mais assustadores do que suas lancinantes dores nas costas.

Na segunda-feira, 8, por exemplo, o país assistiu, estarrecido, pela TV, à forma grosseira, prepotente e destemperada com que tratou um juiz, presidente de associação nacional de juizes federais, a quem disse, em meio à inexplicável ataque de ira, que ele não tinha licença para falar naquela sala dele, de presidente do STF. Acusou a associação AJUFE de agir "sorratamente" pela criação dos novos tribunais federais. Esta, diga-se, é a agora preferida caixa de pancadas de Barbosa.

BARBOSA: A QUEDA DE UM ÍCONE (3)

De certa forma o país vai - para tristeza dos que apostaram nesse homem do povo, sofrido e humilhado quase toda a vida - vendo esboroar-se o "pai". Lembrem que, dias atrás, ele desnudou-se, como espírito carente de equilíbrio, quando, dirigindo a uma repórter que tentara entrevistá-lo, lascou: que ele deveria chafurdar-se, "no lugar de onde veio".

Pena tudo isso acontecer, pois o país está carecendo de modelos. Agora, talvez, precise de, antes de aceitá-los e adotá-los, examinar a higidez psicológica dos candidatos à figura patriarcal.

Deixo claro, no entanto: não concordo com gente como aqueles que advertem, a propósito de Barbosa: "lembrem-se de Collor...".

Mas um pouquinho de cuidado nunca fará mal a ninguém, isso digo eu.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MATEUS MARQUES

10 ABR 2013

A APLICAÇÃO DA DETRAÇÃO PENAL NO MOMENTO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA

A alteração legislativa com a publicação da Lei nº 12.736 (Detração Penal) que alterou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, veio em momento oportuno, principalmente quando o tema refere-se ao atual sistema penitenciário brasileiro, infelizmente marcado por todas as deficiências já rotineiramente conhecidas por quase todo país.

Desde novembro do ano passado, foi estabelecido que o magistrado, no momento de proferir sentença penal condenatória, deverá aplicar o instituto da detração penal. Cumpre salientar que o período a ser subtraído equivale ao tempo em que o acusado esteve cautelarmente preso (prisão preventiva, temporária, flagrante e pronúncia, medida de segurança ou ainda em face de alguma medida cautelar adversa à prisão), calculando, assim, todo o período a ser detraído para fins de fixação de regime inicial de cumprimento de pena.

A decisão não se trata de ampliação de qualquer benefício, mas de viabilização do reconhecimento de direito que será concedido em momento posterior. Tal medida ajudará ao apenado não ter que cumprir pena de prisão além do prazo estabelecido pela Justiça.

Anteriormente, o magistrado, ao fixar o regime inicial de cumprimento da pena, tinha como referencial as seguintes situações: tempo total da pena; primariedade e reincidência e circunstâncias do art. 59 do Código Penal. Com a chegada da Lei nº 12.736/2012, foi inserida uma nova "situação", no qual deverá o magistrado verificar, também, o tempo de prisão provisória, imposição de medida de segurança, cautelar ou administrativa.

É importante mencionar que esse "critério prioritário" tem como base o tempo total da pena, conforme a seguinte regra preliminar: mais de oito anos, regime fechado; mais de quatro e até oito anos, regime semiaberto; igual ou inferior a quatro anos, regime aberto. Todos os demais critérios (primariedade e reincidência, condições do art. 59 do Código Penal e tempo de prisão ou medida cautelar) são suplementares, ou seja, primeiro fixa-se a pena, depois o regime inicial de cumprimento.

A reincidência é fator relevante para a fixação do regime, mas não o único. Simultaneamente, cabe ao juiz também analisar todas as demais situações do art. 59, assim como as condições de cumprimento da prisão provisória. É possível que estes fatores anulem o efeito desfavorável da reincidência, que é extremamente questionável do ponto de vista constitucional.

Para o indivíduo preso ou submetido a medidas cautelares adversas à prisão, o período decorrente deverá ser abatido do total da pena ou medida de segurança aplicada ao final, no processo de conhecimento. Compete ao magistrado esse ajustamento, não podendo conferir prioridade à reincidência como se fosse dado automático de agravamento do regime.

Esse atual dispositivo não tem como objetivo fazer com que a detração funcione como alavanca automática de progressão de regime, que conta com requisitos legais objetivos (lapso temporal) e subjetivos (atestado de boa conduta carcerária), pois, para o deferimento do benefício da progressão de regime, há uma série de outros fatores que devem ser computados. De outro lado, saliento que não é qualquer tempo de pena que já o autoriza, ou seja, é necessário que se cumpra o percentual mínimo exigido em lei (1/6, 2/5 ou ainda 3/5 da pena), dependendo do caso.

*Mateus Marques, mateus@mateusmarques.adv.br / Advogado Criminal. Professor da Faculdade Estácio/FARGS.

10 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AÇÃO PENAL 470

Ministro Celso de Mello libera voto no processo do mensalão

Mello era o único integrante da corte que ainda estava revisando suas considerações

O ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello liberou seu voto por escrito no julgamento da Ação Penal 470, o processo do mensalão. Ele era o único integrante da corte que ainda estava revisando suas considerações.

O ministro terminou a revisão do voto na última sexta-feira (5/4) e fez mais uma conferência nesta segunda, mas não divulgou o número de páginas. Ele informou, por meio da assessoria de imprensa do STF, que demorou para concluir sua parte porque foi um dos que mais entrevistaram no julgamento, depois do relator Joaquim Barbosa e do revisor Ricardo Lewandowski.

O Supremo aguardava apenas a liberação dos votos de Celso de Mello para publicar o acórdão do julgamento. De acordo com a secretaria da Presidência da corte, o acórdão deverá ser publicado em um prazo de até três dias. Fontes ouvidas pela revista Consultor Jurídico afirmaram, porém, que a demora pode ser um pouco maior, de até dez dias. O prazo é necessário para adequar o acórdão, que deverá ter cerca de dez mil páginas, ao formato do Diário Oficial.

O acórdão reúne as principais decisões do julgamento, além de votos e intervenções orais de todos os ministros. Somente após a publicação do acórdão, as sentenças podem ser executadas ou as partes podem recorrer.

Com a publicação do acórdão, abre-se o prazo para os recursos, que devem ser apresentados pelos advogados dos 25 réus condenados no julgamento em até cinco dias úteis. Isso se não houver alguma reviravolta por conta de três ações apresentadas esta semana à corte.

Incomodados com o prazo restrito para analisar o acórdão, vários advogados acionaram o STF para conseguir mais tempo. Entre eles, ex-diretor do Banco Rural, José Roberto Salgado. Representado pelo advogado Márcio Thomaz Bastos, Salgado contesta o fato de o presidente do Supremo não ter levado a conhecimento do Plenário dois pedidos feitos pelo ex-ministro da Casa Civil do governo Lula, José Dirceu, na Ação Penal 470, o processo do mensalão.

Todas as solicitações foram negadas pelo relator Joaquim Barbosa. Agora, eles querem que o Plenário do Supremo analise os pedidos.

10 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Barbosa foi grosseiro e antidemocrático, dizem magistrados

Após tensa reunião com o presidente do STF, associações de juízes dizem que ele agiu de forma imprópria para o cargo

No encontro, realizado anteontem, ministro discutiu com juízes por causa do projeto que cria mais 4 TRFs no país

DE BRASÍLIA

As três principais entidades de juízes do país acusaram ontem o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, de agir de forma antidemocrática, "desrespeitosa, premeditadamente agressiva, grosseira e inadequada para o cargo".

Anteontem, em reunião no STF, Barbosa acusou representantes dessas entidades de atuar sorrateiramente para aprovar novos tribunais regionais federais no país.

A nota das entidades diz que ao permitir, "de forma inédita", que a imprensa acompanhasse a reunião, Joaquim "demonstrou a intenção de dirigir-se aos jornalistas, e não aos presidentes das associações, com quem pouco dialogou, pois os interrompia sempre que se manifestavam".

O texto foi assinado pelos presidentes da Ajufe (juízes federais), Nino Toldo, AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Nelson Calandra, e Anamatra (juízes do

Trabalho), João Bosco de Barcelos Coura.

O encontro anteontem intensificou ainda mais o clima beligerante entre o Supremo e a base do Judiciário desde que Barbosa assumiu a presidência do tribunal, em novembro do ano passado.

Em sua posse, por exemplo, o presidente do STF criticou magistrados que atuam politicamente para garantir promoções. Este ano, reclamou de suposto "conluio" entre juízes e advogados.

Em outra ocasião, criticou congressos de juízes patrocinados por empresas em resorts de luxo.

SAIA JUSTA

O que era para ser um encontro diplomático, se transformou num puxão de orelha. Irritado, Barbosa argumentou que os juízes induziram senadores e deputados ao er-

“ [Barbosa] mostrou sua enorme dificuldade em conviver com quem pensa de modo diferente do seu

NOTA ASSINADA PELA AJUFE, AMB E ANAMATRA

ro na aprovação da emenda constitucional que criou os quatro tribunais.

Apostou que suas sedes serão construídas exatamente nos "resorts e grandes praias" e chegou a pedir a um dos dirigentes da Ajufe para abaixar o tom e só falar quando fosse autorizado.

Para as entidades, Barbosa "mostrou sua enorme dificuldade em conviver com quem pensa de modo diferente do seu, pois acredita que somente suas ideias sejam as corretas".

No STF, o colega Marco Aurélio Mello afirmou que o episódio é "muito ruim para a instituição e para todos os magistrados". Reservadamente, outros ministros também lamentaram o ocorrido.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil chamou de "impertinentes" e "ofensivas" as declarações de Barbosa.

Senadores também reagiram às declarações. Relator no Senado da proposta de emenda constitucional que criou os tribunais, Jorge Viana (PT-AC) disse que Barbosa "errou feio" e adotou postura que "deseduca".

O presidente do Supremo não se manifestou sobre as críticas.

CONTINUA

Custos e gargalo na 2ª instância opõem Barbosa a juizes federais

Criação de 4 Tribunais Regionais Federais provoca polêmica

Mais custos e aumento no número de funcionários públicos versus falta de magistrados de segunda instância e excesso de processos que não são julgados.

Esses são argumentos que opõem o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, e associações de juizes federais em relação à aprovação pela Câmara dos Deputados de emenda à Constituição que criará mais quatro TRFs (Tribunais Regionais Federais).

As entidades apoiaram as novas unidades em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Manaus, mas Barbosa atuou

contra, apontando custos altos. Disse que o projeto foi aprovado na "surdina".

Segundo a pesquisa Justiça em Números de 2012, do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), a proporção de desembargadores da Justiça Federal em relação aos juizes de primeira instância é a menor do Judiciário — há menos mão de obra para os recursos que chegam à segunda instância.

Na Justiça do Trabalho, por exemplo, há 2.700 magistrados de primeiro grau e 487 desembargadores, uma relação de 5 para 1. A mesma proporção das Justiças estaduais.

Na Justiça Federal, a relação é de 15 juizes por desembargador. Segundo a Ajufe

(Associação dos Juizes Federais), em média, cada magistrado tem cinco vezes mais processos do que os das Justiças do Trabalho e Estadual.

Por isso, os quatro novos TRFs desafogariam os processos. Hoje, a taxa de congestionamento (percentual de processos sem finalização no ano) da Justiça Federal é o maior do Judiciário: 67%.

O orçamento da Justiça Federal, incluindo o primeiro e o segundo grau, é de R\$ 7,8 bilhões. Barbosa diz que o impacto anual dos quatro novos TRFs será de R\$ 8 bilhões. Integrantes das entidades classistas e do CNJ ouvidos pela **Folha** estimam somente R\$ 1 bilhão.

Debate expõe dúvida sobre papel da Ajufe na reforma do Judiciário

JOAQUIM FALCÃO
ESPECIAL PARA A FOLHA

A discussão pública entre o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, e um representante da Ajufe (Associação dos Juizes Federais) parte de acordo prévio. Ambos concordam que é preciso aumentar a eficiência da Justiça. A partir daí, discordam.

O que é melhor para o Brasil, para o Judiciário e para quem procura a Justiça? Criar novos tribunais, cargos, salários, prédios, estimados em cerca de R\$ 1 bilhão ao ano, como a associação quer? Ou criar câmaras recursais, que a própria Constituição prevê e dispensam tais gastos?

Barbosa diz que os novos tribunais beneficiam interesses corporativos. Criar cargos de desembargadores facilita ambições, fica mais fácil ascender para aumentar poder, salário, status. Caberia à Ajufe demonstrar que sua opção por novos tribunais é melhor do que investir na digitalização de processos, ou na criação de câmaras, por exemplo.

Esqueçam a questão constitucional existente. Ela será resolvida no Supremo. Há falta jurisprudência anulando emendas constitucionais estaduais usadas pela aliança entre deputados e servidores que tentavam driblar o Judiciário e o Executivo. Não vale o Legislativo usar emenda constitucional para neutrali-

zar competência privativa do Judiciário de propor leis de sua auto-organização.

A discussão no fundo levanta outra questão, tão importante quanto. Os interesses das associações de classe podem conflitar com os interesses institucionais do Judiciário. No passado, a Ajufe ameaçou greve por aumento de salários, perdeu. Agora tem a responsabilidade de mostrar que sua opção de criar novos tribunais é melhor. É uma discussão sobre os interesses das associações.

A distância entre os interesses da Ajufe e os do Judiciário e do Brasil vão aumentar? Ou a Ajufe será capaz de colaborar para continuar uma reforma a favor de todos? O debate é sobre a legitimidade da Ajufe diante da reforma do Judiciário.

JOAQUIM FALCÃO é professor de direito constitucional da FGV Direito Rio.

10 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO RODRIGUES

Atraso institucional

BRASILIA - A alteração entre o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, e representantes de associações de magistrados é um daqueles episódios que nos obriga a lembrar como ainda falta muito para o Brasil amadurecer institucionalmente.

Cabe aqui uma ressalva. Joaquim Barbosa parece querer o bem do Brasil. Poucas vezes o país assistiu a um juiz tocar o dedo em tantas feridas do Poder Judiciário.

Mas aí chega-se ao outro lado da moeda. Que tipo de República precisa que o presidente da sua suprema corte marque uma audiência com juízes para passar uma descompostura pública?

Joaquim Barbosa declarou-se surpreendido com a aprovação de uma emenda constitucional que ampliou o número de Tribunais Regionais Federais. A proposta já tramitava havia 13 anos. Nada existia de sorrateiro nem de segredo no fato de "juízes sindicalistas" defenderem esse aumento de cargos — sem fazer esforço correlato para melhorar a produtividade dos tribunais.

Uma vez, há cerca de 20 anos, o então presidente da República Itamar Franco surpreendeu um de seus maiores adversários, o político baiano Antonio Carlos Magalhães — que dizia possuir um dossiê cheio de acusações contra o Planalto.

ACM foi convidado para uma audiência. Na hora do encontro, o presidente chamou ao local os repórteres que faziam a cobertura do Planalto. Pediu então que o baiano mostrasse as tais denúncias. Não havia nada, exceto recortes de jornais. O adversário ficou bravo, mas nunca mais espalhou boatos sobre Itamar.

Ao usar a mesma tática e convocar repórteres para assistir à carrapana que passou nos colegas, Joaquim Barbosa não esvaziou os "juízes sindicalistas". Ao contrário. Acusados, os magistrados (seres quase inimputáveis) tendem apenas a defender ainda de maneira mais coesa os seus privilégios e mazelas.

FOLHA DE S. PAULO

Polícia investiga mais 334 mortes suspeitas em UTI de Curitiba

Pacientes receberam mesmos medicamentos ministrados em 7 vítimas citadas em denúncia

Um relatório concluído pela Polícia Civil do Paraná na sexta-feira levanta suspeita de homicídio em 334 mortes na UTI do Hospital Evangélico de Curitiba entre 2006 e 2013.

A informação, divulgada pela revista "Veja", foi confirmada ontem pelo Ministério Público do Paraná.

O documento aponta que esses pacientes da UTI receberam o mesmo coquetel de medicamentos ministrado às vítimas listadas na denúncia já entregue à Justiça em março e morreram horas depois.

Para a Promotoria, estes casos são "mortes suspeitas" e precisam ser investigados. Caso fique comprovado, por prontuários médicos e depoimento de testemunhas, que há relação entre o uso dos medicamentos e as mortes, pode haver nova denúncia.

Dos 334 casos, segundo o Ministério Público, em 317 a prescrição dos medicamentos foi feita pela médica Virgínia Helena Soares de Souza, ex-chefe da UTI. Em outros 17 a prescrição coube a outros médicos, que também estão na denúncia inicial.

Virgínia e outros sete profissionais sob seu comando foram denunciados sob suspeita de homicídio qualificado e formação de quadrilha, por supostamente acelerarem a morte de pacientes administrando drogas e reduzindo a ventilação dos respiradores.

Todos negam as acusações e dizem que os procedimentos foram respaldados pela literatura médica.

A denúncia diz respeito a sete óbitos, ocorridos de maio de 2011 a janeiro de 2013. Polícia Civil e Promotoria continuam analisando outros prontuários.

10 ABR 2013

10 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Megaoperação da Procuradoria em 12 Estados prende 92

Ações anticorrupção são coordenadas como protesto contra projeto que limita investigação de promotores

Apuração apontou desvios de até R\$ 1,1 bi; para Gurgel, objetivo é mostrar importância do Ministério Público

O Ministério Público deflagrou ontem uma megaoperação em 12 Estados para protestar contra a proposta de emenda constitucional (PEC), em discussão no Congresso Nacional, que limita o poder de investigação do órgão.

Com o discurso de combate à corrupção, foram cumpridos 92 mandados de prisão e 337 de busca e apreensão, atingindo esquemas distintos em cada Estado.

O Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNOC) coordenou a operação. Os valores envolvidos no desvio de verba pública chegam a R\$ 1,1 bilhão, segundo os investigadores.

Fraudes em licitações, cobrança de propina, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, entre outros pontos, foram os principais alvos, informou o GNOC.

"O Ministério Público está mobilizando o país e a sociedade brasileira no sentido de mostrar o que se deseja com a PEC 37", disse o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, ao comentar a relação da operação de ontem com o protesto contra a PEC.

A ação em São Paulo resultou na prisão temporária de

13 pessoas. Outros 160 mandados de busca e apreensão foram cumpridos em empresas, casas de empresários, prefeitos e ex-prefeitos.

De acordo com o Ministério Público, foram descobertas irregularidades envolvendo 79 cidades no uso de verbas dos ministérios do Turismo e Cidades, originárias de emendas parlamentares.

O centro do esquema estaria em Votuporanga (521 km de São Paulo).

Segundo os promotores, as empresas competiam entre si, alteravam frequentemente os nomes, mas mantinham o poder acionário nas mãos de parentes, o mesmo endereço e muitas vezes até os mesmos números de telefones. Em alguns casos, pagavam concorrentes para desistir da licitação.

No Rio, a operação chegou a um grupo especializado em fraudar o fisco que sonegou mais de R\$ 180 milhões com 20 empresas de fachada de comercialização de café.

Segundo a investigação, a quadrilha vendia café no Espírito Santo com notas fiscais de empresas de fachada com sede no Rio. Dessa forma, os comerciantes se livravam do ônus do imposto.

O Ministério Público informou ainda ter cumprido mandados de prisão contra inte-

grantes do tráfico de drogas do morro da Mangueira, acusados de atuar na região recorrendo à oferta de propina para a polícia.

No Paraná, foram presas 23 pessoas suspeitas de envolvimento com pirataria de produtos vendidos na rua 25 de Março e no Brás, em São Paulo. Entre os presos há dois policiais civis. Um delegado também foi afastado.

Foram detidos 11 suspeitos no Rio Grande de Norte por causa de ligação com um esquema de corrupção que desviou R\$ 13 milhões da contratação fraudulenta de shows musicais, de 2008 a 2012.

A operação foi deflagrada em Rondônia para desarticular um esquema de corrupção na Prefeitura de Porto Velho. De acordo com as investigações, o esquema era liderado pelo ex-prefeito Roberto Sobrinho (PT), preso ontem. A quadrilha desviava dinheiro por meio de convênios com valores superfaturados ou empresas-fantasmas.

10 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

ENTREVISTA JOSÉ DIRCEU

'Fux disse que ia me absolver'

EX-HOMEM FORTE DO PT
DIZ TER SIDO 'ASSEDIADO'
QUANDO MINISTRO ESTAVA
EM CAMPANHA PARA STF
E SE PREPARA PARA TENTAR
REVERTER CONDENAÇÃO

FERNANDO RODRIGUES
EM SÃO PAULO

MÔNICA BERGAMO
COLUNISTA DA FOLHA

O ex-ministro José Dirceu, 67, afirmou ontem que foi "assediado moralmente" pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux, e disse que ele prometeu absolvê-lo no processo do mensalão.

Em entrevista à **Folha** e ao UOL, ele diz que foi procurado pelo magistrado há cerca de dois anos, quando Fux ainda era ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e fazia campanha para ser indicado por Dilma Rousseff para integrar o STF.

O "assédio" teria durado seis meses, até Dirceu concordar em recebê-lo, a pedido de advogados de São Paulo.

O ex-ministro afirma que, sem que perguntasse "nada", Fux "tomou a iniciativa de dizer que ia me absolver".

Segundo Dirceu, "ele, de livre e espontânea vontade, se comprometeu com terceiros, por ter conhecimento do processo, por ter convicção".

O ex-ministro da Casa Civil do governo Lula afirma ainda que Fux "já deveria ter se declarado impedido de participar desse julgamento".

O magistrado votou pela condenação de Dirceu, que acabou sentenciado a dez anos e dez meses de reclusão.

Questionado se a suposta promessa foi levada em consideração por Dilma, que indicou Fux em 2011, Dirceu afirmou: "Não acredito que tenha pesado".

Fux admitiu à **Folha**, em dezembro do ano passado, ter se encontrado com Dirceu, mas negou ter dado garantia de absolvição. Diz que leu o processo depois de nomeado e que ficou "estarecido" [leia texto nesta página].

Dirceu diz que o argumento de Fux é "tragicômico" e "soa ridículo, no mínimo". A seguir, trechos da entrevista.

★
Folha/UOL - Como foi seu encontro com Luiz Fux?

José Dirceu - Eu não o conhecia, eu fui assediado moralmente por ele durante mais de seis meses para recebê-lo.

Como foi esse assédio?

Através de terceiros, que eu não vou nominar. Eu não queria [recebê-lo].

Quem são esses terceiros?

São advogados, não são lobistas. Eu o recebi, e, sem eu perguntar nada... Porque ele [hoje] dizer para sociedade brasileira que não sabia [na época do encontro] que eu era réu do processo do mensalão é tragicômico. Soa ridículo, no mínimo, né? Como o ministro do STJ [cargo ocupado na época por Fux] não sabe que eu sou réu no processo? E ele tomou a iniciativa de dizer que ia me absolver.

E qual foi a frase?

Que ia me absolver. Eu disse: "Eu não quero que o sr. me absolva. Eu quero que o sr. vote nos autos. Não é porque não tem prova, não. Eu fiz contraprova porque eu sou inocente". Para fazer uma síntese do encontro, é isso.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

10 ABR 2013

E o sr. acreditava que ele ia inocentá-lo? Isso pesou na nomeação dele [de Fux para o STF]? A presidente Dilma levou isso em consideração?

Não acredito que tenha pesado, não acredito que tenha pesado.

Na hora de discutir a nomeação dele...

Eu não participei. Porque, evidente, eu como réu tinha que tomar todos os cuidados para evitar que minha situação se agravasse, como o resultado final mostrou.

Como é que o sr. se sentiu quando o ministro Fux votou pela sua condenação?

Depois dos 50 anos que eu tenho de experiência política, infelizmente eu já não consigo me surpreender. A única coisa que eu senti é a única coisa que me tira o sono. Nem a condenação me tira o sono porque tenho certeza que eu vou revertê-la.

O que foi?

O comportamento do ministro Luiz Fux. Porque é um comportamento que... Ele, de livre e espontânea vontade, se comprometeu com terceiros, por ter conhecimento do processo, por ter convicção, certo? Essa que era a questão, que ele tinha convicção e conhecimento do processo. É um comportamento quase que inacreditável.

O sr. acha que cabe alguma medida no caso?

Eu acho que ele já deveria ter se declarado impedido de participar desse julgamento.

A sua defesa vai apresentar recursos [para reverter a condenação]. O sr. tem esperança?

Vai apresentar. Depois do transitado em julgado, vamos para a revisão criminal.

E vou bater à porta da Comissão Internacional de Direitos Humanos. Não é que fui condenado sem provas. Não houve crime, sou inocente. Me considero um condenado político. Foi um julgamento de exceção, político.

Mas era um tribunal cuja maioria foi nomeada pelo ex-presidente Lula e por Dilma.

Uma coisa não tem nada a ver com a outra. O que caracterizou o julgamento como político é evidência pública. Um julgamento que foi deliberadamente marcado junto com as eleições [municipais de 2012]. A transmissão de um julgamento como esse pela TV é algo inacreditável.

O sr. acha que os ministros ficaram com medo da TV?

É evidente que houve pressão externa sobre o Supremo. Enquanto eu suspirar, vou lutar para provar a minha inocência. Porque eu nunca tive a presunção da inocência. Eu não consigo entender porque eu fui condenado. Por que eu era ministro? Chefe da Casa Civil? Líder do PT? Mas onde estão as provas? Os recursos

tiveram origem em empréstimos que as empresas do Marcos Valério fizeram em um banco e que foram repassados para o PT. E eu estava na Casa Civil, não estava na direção do PT. Não respondia pelas finanças nem pelas decisões executivas do PT.

Se o Lula não tem nada com o assunto, por que Marcos Valério é recebido por Paulo Okamoto, que é presidente do Instituto Lula e assessor próximo do ex-presidente?

Boa pergunta para ser dirigida ao Paulo Okamoto. Eu nunca tive nenhum contato com Marcos Valério. Nem antes nem depois. E o Lula não tem nenhuma preocupação. Conheço os fatos, ele não tem nada a ver com isso. Absolutamente. A não ser que se queira, agora, dar um golpe que não conseguiram dar antes. Quer dizer, transformar o Lula em réu na Justiça brasileira. A não ser que se vá fazer esse tipo de provocação ao PT e ao país, à nação brasileira.

“ Eu vou me defender na Justiça para não ser preso. É um direito que eu tenho e a lei me dá esse direito. Eu tenho determinação de continuar a participar da vida política e vou encontrar meios em qualquer circunstância que eu esteja

JOSÉ DIRCEU
ex-ministro

CONTINUA

10 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Ministro diz que
não se lembrava
que Dirceu era réu

Em dezembro do ano passado, o ministro Luiz Fux admitiu em entrevista à **Folha** que procurou José Dirceu quando estava em campanha para ser ministro do STF.

Ele disse que estava em busca de apoio para realizar o "sonho" de ir para o Supremo: "Fui a várias pessoas de SP, à Fiesp. Alguém me levou ao Zé Dirceu porque ele era influente no governo Lula".

Fux, que na época era do STJ, não viu problema em procurar quem um dia poderia julgar. "Confesso que naquele momento não me lembrei [que Dirceu era réu]".

Fux foi nomeado por Dilma Rousseff em 2011. Ao contrário da expectativa, porém, ele foi implacável no julgamento. "Li o processo e fiquei estarecido", afirmou.

Quando rumores sobre suas conversas com réus começaram a se espalhar, ele expressou seu incômodo para o advogado Sigmaringa Seixas, amigo de Dirceu e de Lula: "Querem me sacanear. O pau vai cantar!" Dias depois, ele falou à **Folha**.

10 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria levará denúncia contra Ustra e Gravina ao STJ

Corte vai analisar pela primeira vez caso contra agente da ditadura

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai analisar, pela primeira vez, a validade de uma denúncia contra agentes da ditadura militar.

O caso será levado à Corte pelo Ministério Público Federal, que acusa o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra e o delegado Dirceu Gravina pelo desapareci-

mento do líder sindical Aluizio Palhano, em 1971.

A denúncia foi rejeitada ontem, por dois votos a um, na Justiça Federal de segunda instância em São Paulo.

A tese usada pela Procuradoria é a de que o desaparecimento de Aluizio Palhano se trata de um sequestro que ainda não terminou, uma vez que seu corpo nunca foi encontrado. Portanto, o crime

não estaria anistiado, por ultrapassar o período protegido pela Lei da Anistia.

Entre os desembargadores, prevaleceu o argumento de que não é possível afirmar que o sequestro está em curso, uma vez que não há provas de que a vítima esteja viva.

O advogado dos acusados, Paulo Esteves, disse que seus clientes negam participação nos crimes.

Juiz condena receptor de HD de Laerte

O juiz Fábio Aguiar Munhoz Soares, da 17ª Vara Criminal Central da Capital, condenou T.R.M., acusado de ter adquirido o disco rígido externo do cartunista da **Folha** Laerte Coutinho, a lhe pagar cinco salários mínimos e a prestar serviços comunitários. O HD externo havia sido rouba-

do da casa de Laerte em maio do ano passado, junto com dois computadores que continham 12 anos de seu trabalho. Em junho, a polícia recuperou apenas o HD externo.

O nome do condenado não foi revelado porque o processo tramitou em segredo de Justiça.

Luxemburgo tem contas bloqueadas pela Justiça paulista

DE SÃO PAULO - O técnico Vanderlei Luxemburgo, do Grêmio, teve suas contas bloqueadas pela Justiça de São Paulo para pagamento de indenização ao árbitro Rodrigo Martins Cintra. O treinador foi condenado a pagar R\$ 136 mil ao juiz por ter insinuado que ele é homossexual após jogo entre São Paulo e Santos, em abril de 2006.

Na ocasião, Luxemburgo, disse que o árbitro ficou o "paquerando" durante a partida.

Apesar do bloqueio, não foi encontrado dinheiro nas contas do treinador. Com isso, ele poderá ter bens penhorados.

MÔNICA BERGAMO

SABATINA

O advogado-geral da União, Luís Adams, continuava a receber, até segunda, eventuais candidatos ao STF (Supremo Tribunal Federal). Em sua agenda oficial constava audiência com o advogado Marcelo Nobre, de SP.

CRUZADA

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, conversou com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre a lei que cria quatro novos tribunais regionais federais no país. Ele apresentou seus argumentos contra a ideia.

PAINEL

Fica... Roberto Gurgel entregou ontem parecer ao STF favorável à redistribuição de royalties de petróleo, desde que a aplicação da nova regra não seja imediata.

... para depois O procurador-geral da República evoca o equilíbrio orçamentário dos Estados para defender que as regras valham só em 2016. O parecer é na ação de inconstitucionalidade dos governos de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Cutucão Advogados do mensalão, liderados por Márcio Thomaz Bastos, encaminharam carta a entidades como OAB e Instituto dos Advogados do Brasil cobrando que se manifestem contra decisões do STF que, a seu ver, ferem o direito de defesa.

10 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Gurgel diz que embargos, possível recurso da defesa, são inadmissíveis

DE BRASÍLIA - O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, afirmou ontem que uma das principais apostas dos advogados dos réus do mensalão, os chamados embargos infringentes, são "inadmissíveis".

Esses embargos são recursos que, em tese, permitem a rediscussão do julgamento quando uma condenação ocorreu com quatro votos contrários.

No regimento interno do Supremo Tribunal Federal, existe a possibilidade da proposição desses recursos. No entanto, não há lei que estabeleça a existência do mecanismo num caso como o do mensalão.

O procurador foi questionado na saída de uma reunião na presidência do Supremo, onde foi apresentar recursos contra algumas absolvições. Para Gurgel, não é possível reverter a condenação de alguém com os embargos infringentes.

"Os infringentes são manifestadamente inadmissíveis. Não cabem de modo algum. Eu acho que não há espaço sequer para discussão", disse.

10 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» TRÁFICO DE PESSOAS

PF apreende documentos sobre adoções

Mandados de busca foram cumpridos em Curitiba, na casa de Adelino Souza, apontado como intermediador de adoções

internacionais ilegais

Angieli Maros e Maria Gizele da Silva, da sucursal de Ponta Grossa

A Polícia Federal cumpriu, no início da noite de ontem, em Curitiba, mandados de busca e apreensão de documentos relacionados a uma investigação sobre tráfico de pessoas. A ação ocorreu na casa de Adelino Souza, no bairro Bigorrião. Adelino, mais conhecido como Lino, é apontado como um dos representantes no Brasil da organização não governamental (ONG) Limiar Brasil, suspeita de intermediar adoções internacionais supostamente irregulares de crianças de São João do Triunfo, no Centro-Sul do Paraná. O mandado foi solicitado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Pessoas, em andamento na Câmara dos Deputados.

Segundo informações da Polícia Federal, não havia ninguém na residência no momento em que o mandado foi cumprido. No local foram apreendidos documentos relacionados a adoções internacionais. Ninguém foi preso e não houve flagrante. Os materiais

apreendidos, de acordo com a PF, foram encaminhados para a superintendência da Polícia Federal em Curitiba e, posteriormente, serão entregues à CPI do Tráfico de Pessoas.

Suspeitas

Um depoimento dado na manhã de ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada na Câmara dos Deputados para apurar o tráfico de pessoas, aumenta as suspeitas sobre a organização não governamental (ONG) Limiar Brasil, com sede em São Paulo (SP), que intermediava adoções de crianças brasileiras para casais norte-americanos.

O presidente da ONG, Ulisses Gonçalves da Costa, que depôs aos deputados, disse que a organização parou de intermediar adoções em 1999 e que Adelino de Souza, conhecido como Lino e residente em Curitiba, não é representante da ONG no país.

O vice-presidente da CPI, o deputado federal Fernando Francischini (PEN-PR), apontou duas principais contradições no depoimento. A primeira é que há indícios de que a Limiar intermediou a adoção de sete irmãos que moravam com os pais biológicos em São João do Triunfo,

no Centro-Sul do Paraná, em meados de 2005, para um casal dos Estados Unidos, e que Lino ainda consta como representante da ONG no site do Tribunal de Justiça do Paraná.

Conforme dados da CPI, a ONG intermediou a adoção internacional de 1,7 mil crianças brasileiras nos últimos 20 anos.

O Ministério Público se manifestou anteriormente afirmando que todas as adoções tiveram autorizações judiciais e que os processos não tiveram irregularidades.

“É claro que alguém está sonhando informações”, reforçou Francischini. O deputado chegou a pedir, durante o depoimento, a prisão em flagrante de Ulisses Costa, mas o presidente da CPI, deputado federal Arnaldo Jordy (PPS-PA), disse que vai encaminhar o caso para a PF para que a instituição instaure um inquérito policial.

CONTINUA

ONG

Fundada em 1984, a Limiar mantém um abrigo de crianças convalidado com a prefeitura de São Paulo. A ONG também tem um site (www.limiar.org) em inglês no qual afirma que coordena a adoção de crianças brasileiras para casais norte-americanos.

10 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DEPOIMENTO

Adelino teria recebido US\$ 9 mil de família norte-americana

Uma das irmãs levadas de São João do Triunfo para os Estados Unidos voltou ao Brasil e, conforme o deputado federal Fernando Francischini, disse à CPI que viu Lino recebendo US\$ 9 mil dos pais adotivos. Se a informação for verdadeira, de acordo com Francischini, Lino pode ter desrespeitado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê, no artigo 239, a proibição da obtenção de lucro na intermediação de adoções internacionais.

Procurado ontem pela reportagem, Lino não atendeu ao telefone celular. Em entrevista dada por telefone no último dia 2, ele disse que não iria se manifestar sobre o assunto, mas que as informações que estavam sendo veiculadas sobre ele eram "inverdades". O presidente da Limiar também foi procurado, mas a informação é que ele não estava na sede da organização em São Paulo.

10 ABR 2013

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

CNJ de olho

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está de olho nos Tribunais de Justiça do país que estão com projetos de lei aprovados, ou em tramitação nas Assembleias Legislativas, visando ao aumento no número de desembargadores. A informação é da coluna Radar On-Line da revista *Veja*. O início do procedimento de controle do CNJ, feito pelo conselheiro Francisco Falcão, tem como base o TJ do Paraná, que numa só tacada aprovou a criação de 25 vagas para desembargadores.

10 ABR 2013

GAZETA DO POVO

MOBILIZAÇÃO

Descartada greve dos motoristas; no Detran, paralisação afeta serviço



Servidores contrariam o TJ.

Foi descartada ontem a possibilidade de greve dos motoristas e cobradores de ônibus de Curitiba e região. Todas as empresas finalizaram na segunda-feira os pagamentos da diferença do vale-alimentação referente ao mês de fevereiro. Já no Detran do Paraná, a greve dos servidores deixou ontem o atendimento mais lento em Curitiba e afetou os serviços no interior do estado. Os postos de atendimento no interior ofertavam apenas os serviços essenciais. A paralisação foi decretada ilegal pelo Tribunal de Justiça do Paraná na sexta-feira. O sindicato da categoria resolveu acatar a decisão da justiça, mas parte dos servidores estatutários não concordou com a decisão.

10 ABR 2013

GAZETA DO POVO

➤ INVESTIGAÇÃO NO EVANGÉLICO

Relatório detalha “coquetel suspeito”

Análise do Instituto de Criminalística sobre mortes em UTI mostra que 334 pacientes faleceram no mesmo dia em que receberam um kit de medicamentos

| Raphael Marchiori

O Ministério Público do Paraná recebeu, na última sexta-feira, um relatório elaborado pelo Instituto de Criminalística que colocou sob suspeita o atendimento oferecido pela médica Virgínia Soares de Souza a 346 pacientes mortos após período de internação na UTI do Hospital Evangélico. De acordo com o documento, 317 pacientes foram a óbito no mesmo dia em que a médica prescreveu um coquetel de remédios — o que equivale a 91,6% das mortes.

Outros 128 pacientes que ficaram na UTI do Hospital Evangélico também foram submetidos ao coquetel de medicamentos após prescrição de outros médicos do estabelecimento — mas em doses e combinações diferentes. Nesses casos, de acordo com o MP-PR, ocorreram 17 mortes no mesmo dia — o equivalente a 13,2%.

Ainda segundo o Ministério Público, a conclusão do Instituto de Criminalística, unidade da Polícia Científica do Paraná,

é que nos 334 casos em que os pacientes morreram no dia em que receberam os coquetéis, houve a prescrição de medicamentos como o diprivan e o pavulon horas antes do óbito. O primeiro é um anestésico e o segundo, um analgésico, que podem levar o paciente a óbito em caso de ingestão simultânea.

No total, foram analisados 1.872 prontuários gerados entre 2006 e este ano — período em que a médica Virgínia chefiou a UTI do Hospital Evangélico. Os documentos foram apreendidos pela Polícia Civil em fevereiro e também estão sendo analisados pelo grupo coordenado pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus).

A promotora Fernanda Nagl Garcez, responsável pela investigação, preferiu não falar sobre o relatório. Por meio da assessoria de imprensa do MP-PR, ela disse que os dados não comprovam que tenham sido cometidos homicídios na UTI, apesar de darem mais elementos para a investigação. As 317 mortes, porém, são tratadas como “suspeitas” pela promotora.

Além do diprivan e do pavulon, o relatório produzido pela Polícia Científica constatou que foram prescritos outros remédios que poderiam ser nocivos à saúde dos pacientes em caso de ingestão combinada ou em altas doses, como o fentanil, thionembul, dormonid e o ketalar.

A investigação sobre esses novos óbitos suspeitos ainda não gerou uma nova denúncia à Justiça. O Tribunal de Justiça do Paraná, porém, já aceitou a denúncia oferecida pelo Ministério Público que apontou a médica Virgínia, outros três médicos e dois enfermeiros como coautores de sete mortes na UTI Geral do Hospital Evangélico. A Justiça ainda não julgou o caso.

INQUÉRITO

Nucrisa não recebeu relatório sobre novas mortes suspeitas

Samia Cristina Coseri, delegada adjunta do Núcleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde (Nucrisa), órgão policial responsável pelo inquérito inicial que investigou sete mortes ocorridas na UTI do Hospital Evangélico, disse não ter recebido o relatório produzido pelo Instituto de Criminalística e que a investigação em torno das mortes pode ser concluída sem a abertura de um novo inquérito policial.

“A promotoria pode entender que tem provas suficientes para oferecer a denúncia diretamente à Justiça”, explica a delegada. Ela não descartou, porém, a abertura de novo inquérito para apurar a responsabilidade da direção do hospital no caso.

“Recebemos a informação de que a promotoria pode pedir um novo inquérito, dessa vez para apurar a diretoria do Hospital. Mas isso ainda depende de um pedido do Ministério Público, o que ainda não ocorreu”, afirmou a delegada.

CONTINUA

10 ABR 2013

GAZETA DO POVO

COQUETEL

CONTINUAÇÃO

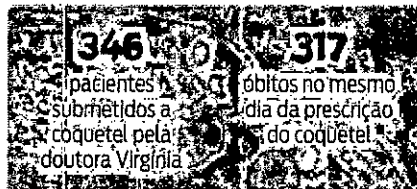
Veja quais medicamentos foram prescritos antes das mortes apuradas pelo MP-PR. Segundo especialistas, os remédios são comuns em unidades de tratamento intensivo, mas quando combinados entre eles ou com níveis baixos de oxigenação podem levar a óbito

	Diprivan	Pavulon	Fentanil	Thionembutal	Dormonid	Ketalar
Dose	10 miligramas (1 ou 2 doses)	4 miligramas (2 ou 3 ampolas)	0,05 miligrama (1 frasco)	1 grama (1 frasco)	15 miligramas (1 a 3 ampolas)	50 miligramas (1 frasco)
Princípio Ativo	Propofol	Pancurônio	Citrato de fentanila	Tiopental	Midazolam	Cetamina
Função	Anestésico	Relaxante Muscular	Analgésico	Anestésico	Hipnótico	Anestésico
Uso em UTI	Curta ação. Usado para a sedação de pacientes adultos ventilados	Atualmente, utilizado apenas em casos isolados. Provoca relaxamento muscular, fraqueza e salivação	Pacientes de alto risco podem receber a medicação para uso anestésico com oxigênio. O paciente fica menos dependente da respiração mecânica	Curta ação. Deprime o sistema nervoso central promovendo hipnose e anestesia, podendo causar queda de pressão arterial. Sutilizado apenas em situações específicas	Efeito sedativo e indutor do sono muito rápido. Provoca conforto durante o período de ventilação mecânica	Usado em intervenções que não necessitem de relaxamento muscular. Comum quando o paciente precisa ser entubado

APURAÇÃO

Relatório do Instituto de Criminalística mostrou que 91,6% dos pacientes que receberam o coquetel da doutora Virgínia Soares de Souza foram a óbito no mesmo dia.

1.872
prontuários
analisados



128 pacientes submetidos ao coquetel por outros médicos
17 óbitos no mesmo dia da prescrição do coquetel

Fonte: Ministério Público do Paraná e Anvisa, MP-PR, com dados do Instituto de Criminalística. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

10 ABR 2013

FEITO

Segundo um dos médicos que compõem a auditoria conduzida pelo Ministério da Saúde, a combinação de medicamentos prescritos pela médica Virgínia Soares de Souza era variada e causava um efeito imediato nos pacientes.

"Cada paciente tinha o seu kit [de medicamentos], mas normalmente os remédios eram [ingeridos] na mesma hora. Isso causava um efeito imediato e a chance de óbito era grande", afirmou o médico, que pediu para não ser identificado na reportagem. Ainda de acordo com o profissional, o uso dos medicamentos citados no relatório do Instituto de Criminalística é comum. Mas a ingestão deles em determinadas doses, combinada com a diminuição dos parâmetros de oxigênio, é que pode antecipar o óbito. O especialista cita como exemplo um caso que surgiu após a conclusão do inquérito que apontou a médica como autora de sete homicídios no hospital. "Tem um caso no qual o paciente estava em névoa [não precisava do respirador mecânico] e ela [doutora Virgínia] fez a medicação e depois colocou no ventilador. Ele morreu 20 minutos depois desse procedimento", relata.

Defesa minimiza dados sobre remédios

A defesa da médica Virgínia Soares de Souza afirmou que o relatório produzido pelo Instituto de Criminalística não apresenta dados novos e não tem valor científico. "Discordo dessa conclusão, pois não é científica e um conjunto de coisas que não provam é igual à prova nenhuma", afirmou o advogado Elias Mattar Assad em entrevista na segunda-feira.

Ontem, Samir Mattar Assad, irmão de Elias e que também trabalha na defesa da doutora Virgínia, voltou a falar sobre o assunto. Ele disse que não teve acesso ao relatório do Instituto de Criminalística, mas afirmou que informações divulgadas pela imprensa mostram não haver novidades.

No último sábado, uma comitiva de dirigentes da Federação Nacional dos Médicos (Fenam) se reuniu com Virgínia. Segundo Geraldo Ferreira, presidente da entidade, o objetivo do encontro foi escutar a versão da médica sobre a investigação.

"A violência do pré-julgamento, sem o direito de resposta já fez o seu mal destruindo a vida profissional da médica. A análise criteriosa do ocorrido compete à Justiça. Esperamos que as investigações conduzam ao

completo esclarecimento dos fatos e, caso seja comprovado crime, que seja punido", disse Ferreira, por meio de nota divulgada pela assessoria da Fenam.

A Sociedade Evangélica Beneficente (SEB), organização mantenedora do Hospital Universitário Evangélico de Curitiba (HUEC), também emitiu uma nota, na última sexta-feira, defendendo os procedimentos que são realizados na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) da instituição.

10 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Decisão do TSE reduz Paraná na Câmara

Mudança que altera o número de deputados federais de 13 estados deverá ir ao Supremo Tribunal Federal

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou ontem uma redistribuição nas cadeiras da Câmara dos Deputados que afetou 13 estados, entre eles o Paraná, que perde uma vaga. A redistribuição será feita com base em dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a população a partir do Censo de 2010.

A decisão deverá ser o assunto principal de uma reunião marcada para a manhã hoje no TSE. No encontro são esperados presidentes de todos os partidos políticos brasileiros. A polêmica deverá terminar no Supremo Tribunal Federal (STF), que é a Corte responsável por julgar a constitucionalidade das leis do país.

Futuramente a mudança também poderá ocorrer na distribuição das cadeiras nas Assembleias Legislativas.

O TSE tomou a decisão ao julgar um pedido da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Em maio de 2012, o tribunal realizou uma audiência pública para ouvir deputados e especialistas. Na ocasião, deputados amazonenses afirmaram que o estado deveria ter mais do que oito parlamentares na Câmara. Eles

observaram que o estado tem uma população maior do que Alagoas e Piauí, que tinham 9 e 10 deputados.

Na sessão de ontem, o ministro Marco Aurélio afirmou que não cabe ao TSE fixar as representações dos estados para as eleições. A presidente do tribunal, Cármen Lúcia Antunes Rocha, também discordou. Ela disse que a Constituição não faz referência à possibilidade de o TSE determinar a redistribuição das cadeiras na Câmara.

STF

O ministro Dias Toffoli afirmou que certamente o assunto será levado ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ao seguir a maioria, ele observou que os partidos políticos tiveram oportunidade de manifestação, inclusive na audiência pública.

Uma lei de 1993 regulamentou a distribuição das cadeiras. A norma estabeleceu que o número de deputados não pode ultrapassar 513 e que o cálculo deve ser feito com base em dados do IBGE. "Feitos os cálculos da representação dos Estados e do Distrito Federal, o Tribunal Superior Eleitoral fornecerá aos Tribunais Regionais Eleitorais e aos partidos políticos o número de vagas a serem disputadas", estabelece a lei.

GANHOS E PERDAS

Pará é estado mais beneficiado com decisão do TSE.

Perde 1 vaga
Alagoas
Espírito Santo
Paraná
Pernambuco
Rio de Janeiro
Rio Grande do Sul

Perde 2 vagas
Paraíba
Piauí

Ganha 1 vaga
Amazonas
Santa Catarina

Ganha 2 vagas
Ceará
Minas Gerais

Ganha 4 vagas
Pará

GAZETA DO POVO

MP faz mobilizações contra a PEC 37

O Ministério Público (MP) realiza, nesta semana, mobilização contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, que revoga o poder de investigação da entidade. A mobilização ocorre no Paraná, com eventos de apoio e coleta de assinaturas nas principais cidades do estado. "O apoio de lideranças políticas e de entidades da sociedade civil é fundamental e mostra que o MP não está sozinho nessa luta", diz coordenador do Gaeco, Leonir Battisti.

Para ele, se aprovada, a PEC seria uma "tragédia". "Vai impedir investigações especializadas, principalmente contra crimes de colarinho branco e crime organizado", afirma.

Hoje, ocorrem manifestação em Cascavel, Maringá, Ponta Grossa e Santo Antônio da Platina. Em Cascavel, será realizado ato público amanhã, às 8h30, em frente ao Fórum. Em Maringá, são esperadas 300 pessoas para o ato público que será realizado no plenário da Câmara Municipal.

A Câmara de Santo Antônio da Platina promoverá audiência pública sobre o tema. Amãnhã, ocorrem eventos semelhantes em Londrina, Guarapuava e Foz do Iguaçu. Em Curitiba, será realizado ato público na sede do MP.

10 ABR 2013

NOTA POLÍTICA

Apoio ao MP

O governador Beto Richa (PSDB) assinou ontem à tarde uma moção de apoio ao Ministério Público do Paraná contra a PEC 37, que pretende tirar o poder de investigação criminal dos MPs estaduais e federal. "Apoiamos integralmente as ações do MP, pela sua importância para a garantia da cidadania e busca pela Justiça. Não compactuamos com nenhum desvio de conduta. O braço investigativo do MP nos ajuda nessa fiscalização", afirmou Richa. Pela manhã, o MP prendeu um delegado e dois investigadores da Polícia Civil de Apucarana.

Pinga-fogo

"Os [embargos] infringentes são manifestadamente inadmissíveis. Não cabem de modo algum. Eu acho que não há espaço sequer para discussão."

Roberto Gurgel, procurador-geral da República, sobre a possibilidade dos advogados dos condenados no caso mensalão entrarem com esse tipo de recurso



Delegacia Eletrônica do Paraná já faz registros de pessoas desaparecidas

Desde o último dia 24, a Delegacia Eletrônica da Polícia Civil do Paraná conta com uma função a mais: o registro on-line de pessoas desaparecidas. O lançamento oficial do serviço foi feito ontem pelo titular da delegacia, Eduardo Marcelo Castella. Os casos

de desaparecimentos registrados no sistema serão enviados por SMS (mensagens de textos em celulares) para o celular de plantão da delegacia e receberão prioridade no atendimento. Se o desaparecido tiver menos de 12 anos, o caso vai para o Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (Sicride). Caso contrário, as investigações são de responsabilidade da Delegacia de Vigilância e Capturas (DVC).

10 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

Novos TRFs causam embate entre Barbosa e juizes

Está deflagrada a guerra entre o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, e as associações de juizes. Na segunda-feira, Barbosa disse que foi sorrateira a atuação das entidades para garantir a criação de novos Tribunais Regionais Federais, um deles no Paraná. Ontem, as associações divulgaram nota dura, afirmando que o ministro "agiu de forma desrespeitosa, premeditadamente agressiva, grosseira e inadequada para o cargo que ocupa".

Numa manifestação sem precedentes na história do STF, as entidades referiram-se à gestão do ministro como um equívoco histórico: "Como tudo na vida, as pessoas passam e as instituições permanecem. A história do Supremo Tribunal Federal contempla grandes presidentes e o futuro há de corrigir os erros presentes". Barbosa não quis falar sobre as novas críticas.

O texto leva a assinatura dos presidentes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Nino Toldo, e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), João Bosco de Barcelos Coura.

Para os juizes, Barbosa não tem disposição para ouvir opiniões diferentes. "Ao discutir com dirigentes associativos, sua excelência mostrou sua enorme dificuldade em conviver com quem pensa de modo diferente do seu", afirmaram.

As entidades declararam que o modo como foram tratadas "não encontra precedente na história do Supremo Tribunal Federal, instituição que merece o respeito da magistratura". Para as associações, o fato de abrir a reunião à imprensa, algo incomum nesse tipo de ocasião, já era o prenúncio de que Barbosa queria falar aos jornalistas, não à categoria.

Na segunda-feira, Barbosa disse aos juizes que a criação de novos TRFs foi aprovada no Congresso Nacional de forma "sorrateira", com o apoio das associações. O ministro também afirmou que as entidades não representam a nação, mas apenas seus interesses corporativos.

10 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

No PR, delegado afastado e investigadores presos

Ana Ehlert
e agências

Dois investigadores de polícia foram presos e um delegado foi afastado do cargo na região Norte do Paraná em uma operação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, o Gaeco, para desmantelar esquemas de corrupção em 12 Estados do País. A ação, coordenada pelo Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (Gnococ), cumpriu 86 mandatos de prisão, 311 de busca e apreensão, 65 de bloqueio de bens e 20 de afastamento das funções públicas.

As pessoas suspeitas de participar do esquema são acusadas de desvios de recursos em órgãos municipais e estaduais, pagamento de propinas, superfaturamento de produtos e serviços, utilização de empresas fantasmas, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e enriquecimento ilícito de agentes públicos. Entre os acusados estão empresários. No total, as verbas públicas sob investigação ultrapassam R\$ 1,1 bilhão.

Participaram da operação 144 promotores de Justiça e 1,2 mil policiais federais, rodoviários, civis, militares, além de servidores de tribunais de Contas, da Controladoria-Geral da União

(CGU) e das receitas Federal e estaduais.

Os mandados foram cumpridos na Bahia, no Ceará, Espírito Santo, em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, no Paraná, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, em Rondônia e São Paulo. Um balanço parcial da operação apontou que foram expedidos 46 mandatos de busca e apreensão e 24 mandatos de prisão, dos quais 23 foram cumpridos em diversas cidades ao norte do estado.

A ação tem como objetivo o combate a falsificação de produtos e a corrupção policial. No Paraná, foi batizada de Jolly Roger, em alusão à bandeira de navios piratas. Os produtos falsificados eram revendidos para várias partes do Brasil, especialmente no comércio de São Paulo, na área da Rua 25 de Março e do bairro do Brás. De acordo com as investigações, policiais civis paranaenses cobravam propina de, mais de uma dezena de empresas, prestando, em contrapartida, proteção para a livre atividade de violação de marcas, sonegação e lavagem de dinheiro.

No Paraná, participaram da operação 150 pessoas, entre membros e auditores do MP, policiais, auditores da Receita Federal e fiscais da Receita Estadual.

SISTEMA PENAL

Paraná cria modelo de reinserção

O Paraná cria um novo modelo, inédito no país, de reinserção de egressos do sistema penitenciário. Trata-se do Programa de Municipalização do Cumprimento de Penas e Medidas Alternativas em Meio Aberto, que cria o Patronato Central do Estado e prevê a implantação de Patronatos Municipais, com o envolvimento do Estado, municípios e de universidades públicas estaduais.

O novo programa foi apresentado pela Secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná ontem, na Associação Paranaense do Ministério Público, em Curitiba. Segundo a secretária Maria Tereza Uille Gomes, o programa deve beneficiar diretamente os mais de 7.000 egressos do sistema penitenciário — presos em regime aberto e que cumprem medidas alternativas em todo o Paraná.

10 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

PEC da impunidade

O governador Beto Richa assinou ontem moção de apoio ao Ministério Público do Paraná contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) número 37, que pretende tirar o poder de investigação criminal dos MPs estaduais e federal — a medida vem sendo apelidada pelos críticos de “PEC da impunidade”. A assinatura ocorreu no gabinete do governador, no Palácio Iguaçu, com a presença do procurador-geral do MP/PR, Gilberto Giacoia: “Apoiamos integralmente as ações do Ministério Público, pela sua importância para a garantia da cidadania e busca pela Justiça. Não compactuamos com nenhum desvio de conduta. O braço investigativo do MP nos ajuda nessa fiscalização”, afirmou Richa. Também assinaram a moção a secretária estadual da Família e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa, e a secretária estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille Gomes.

Coesão

De acordo com Giacoia, se aprovada, a PEC praticamente inviabilizará investigações contra o crime organizado, desvio de verbas, corrupção, abusos cometidos por agentes do Estado e violações de direitos humanos. “A assinatura do governador representa a determinação política que nós, no Paraná, estamos coesos na luta contra a impunidade, buscando conjuntamente um futuro melhor para o nosso povo”, disse o procurador. A proposta deve ser votada pelo plenário da Câmara dos Deputados em breve. Segundo informações do MP, apenas três países vedam a investigação do órgão: Quênia, Indonésia e Uganda.

Menos um

O Paraná vai perder um deputado federal nas eleições de 2014. Na noite de ontem, os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) acataram, por cinco votos a dois, o pedido de revisão feito pelo Amazonas. Com a decisão do tribunal, cinco estados ganham mais vagas e oito perdem, incluindo o Paraná. O Amazonas questionava que os índices que definiam as cadeiras na Câmara dos Deputados não tomavam como base o Censo de 2010. O Paraná tem atualmente 30 cadeiras de deputado e passará a ter 29. A mudança valerá já para as eleições de 2014.

10 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

CASO UTI DO EVANGÉLICO

Polícia Científica entrega relatório ao MP

A Polícia Científica entregou ao Ministério Público do Paraná (MP-PR) o resultado de um relatório produzido pela especializada nos prontuários da UTI do Hospital Evangélico no período em que a médica Virgínia Helena Soares de Souza chefiou a unidade. Segundo o relatório, mais de 300 mortes no período de 2006 a fevereiro deste ano, ocorreram no mesmo dia em que a médica prescreveu remédios aos pacientes.

Apesar do resultado do relatório, o próprio MP disse que não é possível, a partir disso, constatar que foram mortes provocadas. O mesmo disse o advogado da médica Virgínia, Elias Mat-

tar Assad. Para ele, o relatório mostra que ocorreram mortes, não assassinatos.

Fenam — Uma comitiva de dirigentes da Federação Nacional dos Médicos (FENAM), se reuniu com a médica Virgínia, acusada de apressar a morte de pacientes na UTI do Hospital Evangélico. O encontro foi no sábado passado.

O objetivo do encontro foi escutar a versão da mesma sobre os relatos divulgados desde fevereiro na mídia. O presidente da entidade, Geraldo Ferreira, explicou que a Federação tem papel de representar a categoria e tem como uma de suas bandeiras principais, a defesa dos direitos humanos.

DESAPARECIDOS

Delegacia Eletrônica passa a receber B.O.

A Delegacia Eletrônica passou a receber boletins de ocorrência online sobre desaparecimento de pessoas, pelo site www.delegaciaeletronica.pr.gov.br. O sistema foi desenvolvido em parceria com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar). O novo serviço está disponível desde dia 24 de março.

Desaparecimentos registrados no sistema receberão prioridade no atendimento, com envio de mensagem para o celular de plantão da delegacia responsável. "Funciona como os demais serviços da Delegacia Eletrônica. A pessoa faz o pedido de B.O. pelo site e um policial verifica a real necessidade de se fazer o registro e o preenchimento correto dos dados", explica o delegado Eduardo Marcelo Castella. Se o boletim for gerado ou haja algo errado o solicitante é informado.

Além dos desaparecimentos, também é possível registrar de qualquer computador, furto ou perda de placa de veículo, de documentos (RG, CPF, CNH e outros), de objetos ou de cartões bancários, cheques e dinheiro. A Delegacia Eletrônica também aceita denúncias.

Nos casos envolvendo menores de 12 anos o Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (Sicride) fica responsável pelas investigações. "Quando são maiores de 12 anos, o SMS vai para Delegacia de Vigilância e Capturas (DVC)...

10 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

TRF/PR

OAB, juízes e deputado rebatem Barbosa

A Associação Paranaense dos Juízes Federais (Apajufe) divulgou ontem nota manifestando "profundo descontentamento e preocupação com as declarações e tratamento dispensado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal aos dirigentes de Associações nacionais de Magistrados", em reunião na última segunda-feira. Na ocasião, o presidente do STF, Joaquim Barbosa, criticou a criação de quatro novos tribunais regionais federais, que inclui o TRF do Paraná, aprovada pelo Congresso na semana passada, e que segundo estimativas, deve custar R\$ 8 bilhões. Barbosa chegou a afirmar que a aprovação teria sido feita "sorrateiramente".

Segundo a Apajufe, o custo real da iniciativa representa "montante muito aquém do alegado. E as críticas revelam "comprometimento da isenção inerente à função jurisdicional"; e "pouco apreço pela pluralidade de ideais inerentes ao Estado Democrático".

Quem também rebateu as declarações de Barbosa foi o primeiro-vice presidente da Câmara e deputado federal paranaense, André Vargas (PT). "A PEC tramita há mais de doze anos, fruto de intensos debates. Acho profundamente desrespeitosa a forma como ele se referiu à Associação de Juízes e a essa Casa", afirmou. "O ministro é sem dúvida nenhuma o chefe do poder judiciário; mas precisa respeitar o poder legislativo. Esse plenário é soberano, debatemos, votamos, seguimos o regimento e a Constituição", desabafou o petista.

Vargas rebateu ainda o argumento do presidente do STF que disse que os novos Tribunais seriam instalados em resorts e causaria um rombo de R\$ 8 bilhões.

Por unanimidade, os conselheiros federais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), aprovaram na segunda-feira, nota pública refutando e repudiando declarações do presidente do Supremo. A nota partiu de uma proposição do presidente da OAB Paraná, Juliano Breda.

METRO 10 ABR 2013

Delegacia eletrônica faz registro de desaparecidos

Virtual. Boletins de Ocorrência desses casos terão prioridade no sistema on-line da Polícia Civil do Paraná. Objetivo é agilizar as buscas

Foi lançado oficialmente ontem em todo o Paraná um novo serviço da Delegacia Eletrônica que vai registrar Boletins de Ocorrência de pessoas desaparecidas. Para entrar no sistema, é preciso acessar o site delegaciaeletronica.pr.gov.br, clicar em 'B.O de Pessoa Desaparecida' e preencher com os dados e fotos do procurado.

De acordo com o delegado titular da Delegacia Eletrônica, Eduardo Marcelo Castella, esse serviço terá prioridade sobre os demais. "Ele passa na frente de tudo. Assim que a delegacia recebe a solicitação, imediatamente as outras ocorrências são travadas até que o policial conclua o atendimento", explicou.

Em seguida, as informações são checadas e, se forem validadas, o boletim de ocor-

rência é encaminhado para a delegacia de Vigilância e Capturas ou para o Sicride (Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas) se for de crianças menores de 12 anos.

"Também é disparado um SMS para o celular do policial responsável pela delegacia informando que a ocorrência entrou no sistema para que as providências já sejam adotadas", contou Castella.

A nova ferramenta tem como principal objetivo agilizar a busca dos desaparecidos. "Queremos reduzir ao máximo o tempo entre o fato e a chegada da notícia até a autoridade policial."

Os casos serão divulgados no site desaparecidos.pr.gov.br e pelo Facebook, no perfil Desaparecidos - Delegacia Eletrônica do Paraná.

O sistema começou a ope-

rar no dia 24 de março. Nove pessoas procuraram a delegacia e cinco Boletins de Ocorrência foram gerados.

On-line

Outros serviços oferecidos pela Delegacia Eletrônica:

- **Boletins de Ocorrência.**
De furto ou perda de documentos, placas de veículos e objetos pessoais.
- **Denúncias.**
Anônimas ou com identificação sobre qualquer tipo de fato criminoso.

10 ABR 2013

METRO

Polícia conclui que 317 pacientes morreram após uso do 'kit morte'

Um relatório da Polícia Científica do Paraná concluiu que dos 346 pacientes que receberam os medicamentos Diprivan e Pavulon, prescritos pela ex-chefe da UTI do Hospital Evangélico, Virgínia Soares de Souza, 317 morreram no mesmo dia em que foram medicados. O período analisado é entre janeiro de 2006 e fevereiro deste ano.

O levantamento foi entregue ao MP-PR. (Ministério Público do Paraná). No total, 1.872 prescrições médicas foram analisadas e em 474 os pacientes receberam esse coquetel de medicamentos, a que a polícia se refere como "kit morte".

Segundo o relatório, em 128 casos a prescrição foi feita por outros médicos e 17 pacientes morreram na data que foram medicados. Esses outros profissionais trabalhavam com a médica Virgínia na UTI Geral e também foram denunciados pelo MP.

A promotoria afirma que esses dados não configuram homicídio e sim 'mortes suspeitas'. Por isso,



Médica responde a processo em liberdade | RODRIGO FÉLIX LEAL/METRO CURITIBA

todos os casos agora serão analisados pelo órgão.

Segundo as investigações, os pacientes tomavam esse coquetel medicamentosos, tinham o índice de ventilação diminuído e acabavam morrendo por asfixia.

A médica já foi indiciada pelo Ministério Público por sete homicídios e formação de quadrilha. Ela ficou detida por pouco mais de um mês, mas teve a prisão revogada.

1.872

prontuários são analisados pelo Ministério Público, referentes ao período de janeiro de 2006 a fevereiro deste ano.

O advogado dela, Elias Mattar Assad, nega todas as acusações e afirma que não há prova material de qualquer tipo de crime.